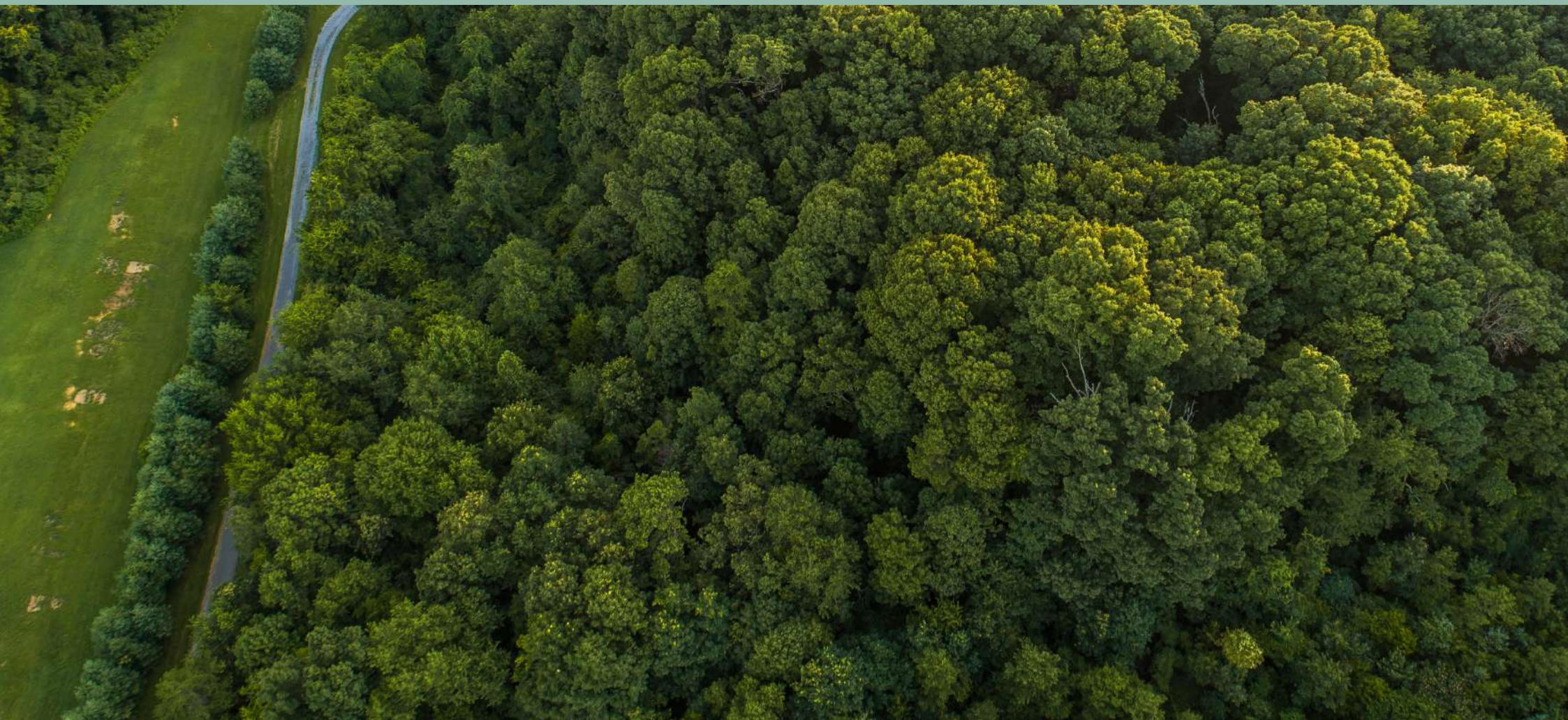
fundação edp

CHANGING TOMORROW NOW

RELATÓRIO & CONTAS 2021



CHANGING TOMORROW NOW

We are creating a new energy on the planet.
More inclusive. More shared. Greener.
Promoting renewable energy on a worldwide scale.
Using the power of wind, sun and water,
to be all green by 2030.
Accelerating decarbonization, to achieve carbon
neutrality. Investing € 24 billion in the energy transition.
Duplicating the capacity in solar and wind power.
Betting on new technologies, such as green hydrogen.
Leading the way in sustainability indexes.
It's in our hands. The only one who changes the world,
is whoever can change himself, the one who finds
the will, the knowledge and the action.
Because this is our story:

**To always discover
a new ambition.**

— ÍNDICE

01 — MACRO INDICADORES **5**

02 — MENSAGEM INSTITUCIONAL **6**

03 — ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS **8**
3.1 Organograma 8

04 — MISSÃO E VALORES **9**

05 — ATIVIDADE FUNDAÇÃO EDP **11**
5.1. Investimento social 11
5.2. Museu 13
5.3. Cultura 16
5.4. Coleção de Arte 18
5.5. O ano em imagens 21

06 — SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA **23**

07 — APLICAÇÃO DE RESULTADOS **25**

08 — CADERNO FINANCEIRO **26**

09 — CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES **39**

SAFETY

Protecting our people is more than a will, it's a commitment.

Macro Indicadores

N.º Visitantes

102.782

N.º Exposições

8

Mecenato Cultural

321.350€[1]

Investimento Social

929.933€[1]

Dotação Regular
Grupo EDP

12.700.000€

Rendimentos Atividades
Fundação EDP

1.019.362€

1 - Subsídios, donativos e bolsas num montante de 1,2 milhões de euros. Considera ajustamentos referentes a anos anteriores mas não inclui custos transversais associados aos projetos de Investimento Social.

Mensagem Institucional

O Conselho de Administração da Fundação EDP

Num ano ainda marcado pela pandemia, a Fundação EDP manteve uma atividade intensa nas suas quatro áreas de intervenção: investimento social, museu, cultura e mecenato e preservação do património energético.

No plano social, foi alocado todo o montante destinado ao programa EDP Solidária (cerca de um milhão de euros), para apoiar a capacitação digital do ensino numa altura em que o ensino remoto, imposto pela pandemia, trouxe desafios acrescidos a alunos socialmente vulneráveis. Foram distribuídos três mil computadores a alunos e escolas em territórios económica e socialmente desfavorecidos. Esta iniciativa beneficiou cerca de 22 mil estudantes em situação vulnerável.

De sublinhar, ainda, a parceria desenvolvida com a EDP Produção no contexto do compromisso da EDP com a descarbonização, com o objetivo de potenciar oportunidades de emprego e criação de pequenos negócios nos municípios de Sines e Santiago do Cacém, após o fecho da Central de Sines.

E, finalmente, o arranque do Programa Solar Solidário que tem como propósito levar energia solar a instalações de instituições de solidariedade social e a famílias vulneráveis, com vista a promover uma transição energética mais justa e inclusiva.

Relativamente ao Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (maat), e apesar de ter estado encerrado quase três meses, entre janeiro e abril de 2021, conseguiu duplicar o seu número de visitantes (102.782) face a 2020 (61.045). A programação do museu teve foco em temas que marcam a nossa atualidade, desde as alterações climáticas à nossa relação com os oceanos, passando pelo realinhamento geo-político de uma condição pós-global. Em outubro de 2021, o maat comemorou o seu quinto aniversário de portas abertas para receber mais de cinco mil visitantes e inaugurou uma exposição do prestigiado artista Carsten Holler com curadoria de Vicente Todoli. Toda a programação foi acompanhada por iniciativas paralelas e um conjunto de debates públicos com perspetivas interdisciplinares e parcerias com instituições nacionais e internacionais como TBA21 – Academy, Oceanário de Lisboa, Design Academy Eindhoven, Center for Research Architecture – Goldsmiths, University of London, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Nova FCSH e Instituto Superior Técnico, entre outras.

No domínio cultural, a Fundação EDP atribuiu ainda, o Grande Prémio Fundação EDP Arte à artista Luísa Cunha, escolhida por unanimidade por um júri internacional, e lançou o concurso para o Prémio Novos Artistas, tendo recebido mais de 800 candidaturas. Durante o ano de 2021, a Fundação EDP deu continuidade à revista Electra, uma publicação bilingue (português e inglês) sobre a cultura contemporânea, com distribuição internacional. A propósito do último dossier da revista, dedicado à arte contemporânea, a Electra organizou uma conferência na Central Tejo intitulada "Situação atual da arte contemporânea: profusão e desorientação", que contou com a presença do filósofo e crítico de arte Yves Michaud. A Fundação EDP manteve, ainda, o seu apoio mecenático a um conjunto de instituições culturais de referência – Fundação de Serralves, Casa da Música, Companhia Nacional de Bailado e Orquestra Sinfónica Juvenil, entre muitas outras.

No que se refere à preservação do património energético, além do constante trabalho de manutenção desenvolvido pela Fundação EDP, foi adquirido, em novembro de 2021, um armazém, dotado das condições adequadas para armazenar e tratar da coleção de arte e do património industrial da Fundação.

A evolução da situação geopolítica na Ucrânia, nomeadamente por via das ações militares levadas a cabo pela Rússia e a resposta de vários países, especificamente Europeus e dos Estados Unidos, no que respeita às sanções económicas implementadas, poderão afetar os mercados globais e a evolução económica em geral. Embora a Empresa não tenha exposição direta a entidades russas, o conflito poderá originar repercussões na economia a nível nacional e mundial que, à presente data, não são possíveis de estimar com fiabilidade. Face à atividade da empresa, não são esperados impactos operacionais relevantes. Não obstante, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar e a monitorizar o desenrolar da atual situação de forma a poder tomar medidas mitigatórias caso se revele necessário.

A Fundação EDP e a Fundação de Serralves assinaram em Novembro de 2021 um memorando de entendimento com o objetivo de estabelecerem uma parceria de longo prazo para o Campus Cultural da Fundação EDP em Lisboa, incluindo o Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT) e a Central Tejo. A parceria prevê a gestão e programação, por parte de Serralves, do Campus Cultural da Fundação EDP em Lisboa, juntando o MAAT e a Central Tejo ao Museu de Arte Contemporânea, à Casa e Parque de Serralves e à Casa do Cinema Manoel de Oliveira, geridos atualmente pela Fundação de Serralves. A cultura continuará a ser um dos pilares de intervenção da Fundação EDP na comunidade, através da propriedade e apoio de mecenato ao Campus Cultural em Lisboa, ao qual se manterá igualmente vinculada, bem como do mecenato cultural a outras insti-

tuições e com a continuidade do Prémio Novos Artistas e do Grande Prémio Arte Fundação EDP, referências no panorama artístico português. A parceria encontra-se, à data de elaboração deste relatório, na fase de due diligence, estando ainda a ser definidos e detalhados os modelos de relacionamento entre as partes do ponto de vista organizativo, contratual e financeiro.

Órgãos Estatuários

Órgãos Sociais da Fundação EDP 2020-2022

Em 2021 o Conselho de Curadores era composto por:

— Vasco Rocha Vieira
Presidente

— Dingming Zhang
— Miguel Stilwell de Andrade
— Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
— Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro

Alterações decorridas em 2021, para o mandato em curso (2020/2022):

— Filipe Santos
Presidente
(eleito pelo CGS da EDP em 4 de novembro de 2021)

— Dingming Zhang
— Margarida Couto
(eleita pelo CAE da EDP em 26 de outubro de 2021)
— Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
— Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro

CONSELHO DIRETIVO

— Rui Miguel Coutinho Baptista
Diretor-Geral

— José Manuel Pereira dos Santos
Diretor

— Catarina Copestake Cortez Pinto Seixas
Diretor

— Eduardo Rosa Silva
Diretor

— Patrick Micael Gois
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

— Vera Pinto Pereira
Presidente

— Rui Miguel Coutinho Baptista
Vogal e Administrador/ Diretor-Geral do Conselho Diretivo

— José Manuel Pereira dos Santos
Vogal e Administrador/ Diretor-Geral do Conselho Diretivo

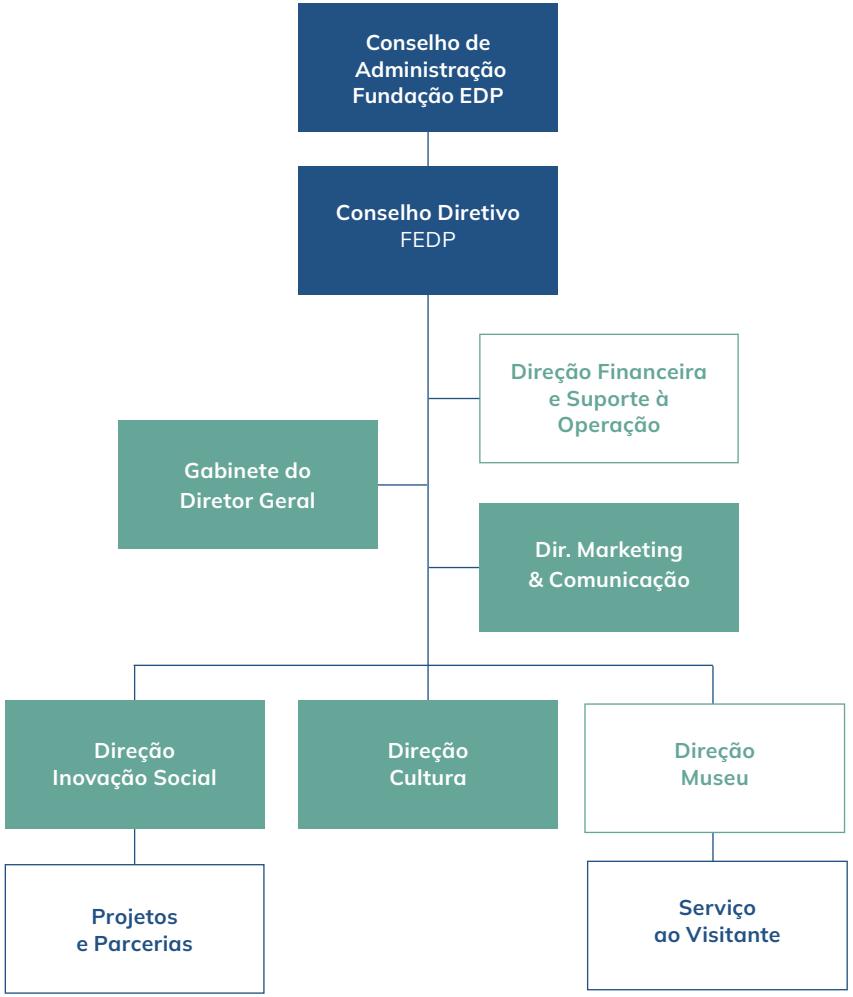
CONSELHO FISCAL

— Vitor Fernando da Conceição Gonçalves
Presidente

— Miguel Tiago Perestrelo da Camara Ribeiro Ferreira
Vogal

— KPMG & Associados - Sociedade de oficiais de contas S.A.
Vogal

3.1 Organograma



Missão e Valores

MISSÃO

A Fundação EDP é uma instituição privada com estatuto de utilidade pública, sem fins lucrativos, criada pela EDP – Energias de Portugal, S.A. em dezembro de 2004. Enquanto fundação de uma empresa cosmopolita e socialmente responsável, assume como sua missão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, através de iniciativas sociais, culturais e científicas.

VALORES

TRANSPARÊNCIA
(nas escolhas)

COMPROMISSO
(na relação com a comunidade)

INOVAÇÃO
(nos conceitos e nas soluções)

EFICIÊNCIA
(na gestão)

RIGOR
(na execução e no reporte)

INNOVATION

Progressive and meaningful change.

05 — Atividade Fundação EDP

5.1 Investimento Social

Em 2021, a Fundação EDP canalizou a totalidade do investimento do Programa EDP Solidária, no valor aproximado de um milhão de euros, para apoiar a capacitação digital do ensino nacional, através da doação de computadores a escolas públicas. Pretendeu-se assim minimizar situações de exclusão escolar em períodos de ensino à distância, em contexto de combate à pandemia COVID-19.

Foram distribuídos cerca de 3.000 computadores a um conjunto de escolas e respetivos alunos do 1.º ao 3.º ciclo. As instituições escolares beneficiadas foram identificadas em conjunto com o Ministério da Educação e fazem parte do Programa TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, estando localizadas em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social. Foram também instalados computadores em salas de aulas e bibliotecas para utilização partilhada pelos alunos. Esta iniciativa beneficiou 21.815 estudantes.

Este foi o segundo ano consecutivo em que o Programa EDP Solidária foi integralmente dedicado ao combate à pandemia, sendo que em 2020 o investimento foi feito na aquisição de materiais de proteção individual – máscaras, luvas, óculos e batas descartáveis –, que beneficiaram cerca de 26 mil utentes e funcionários de 300 lares de idosos em 16 distritos do país.

Ainda no âmbito do Programa EDP Solidária, a Fundação EDP e a EDP Produção firmaram uma parceria para lançar o Programa EDP Solidária Sines, criado para apoiar projetos nos Municípios de Sines e Santiago do Cacém, que tenham como prioridade potenciar oportunidades de emprego e de inclusão ou apoiar instituições na área social, económica e de saúde pública. Através desta iniciativa vão ser financiados 11 projetos que promovem ações sociais nas duas regiões, destacaram-se as que potenciam oportunidades de emprego e criação de pequenos negócios, apoio a crianças e idosos, melhoria da eficiência energética e renovação de edifícios e iniciativas de inclusão.

O programa Arte Pública Fundação EDP, contou com a realização de mais cinco intervenções artísticas nos dois núcleos atualmente ativos em território nacional: uma em Braga, no núcleo do Minho, e quatro no Fundão, no núcleo da Beira Baixa. Iniciado em 2015, o Programa Arte Pública promove a inclusão social, visando o acesso das populações à arte e o seu envolvimento em novas experiências culturais, pretendendo-se também estimular o desenvolvimento local através da realização de obras de arte pública em meios rurais. No final de 2021, encontravam-se realizadas 101 intervenções artísticas em localidades no Algarve, Alentejo, Ribatejo, Médio Tejo, Trás-os Montes e Alto Douro, Minho e Beira Baixa.

Em 2021, foram dados os primeiros passos do Programa Bairros Solares Solidários, uma parceria entre a Fundação EDP e a EDP Comercial. Este novo programa está vocacionado para a promoção da utilização da energia solar, através da instalação de painéis e da prestação de apoios em energia a instituições e/ou famílias vulneráveis.

Estão contemplados dois modelos de intervenção: transformar instituições sociais em produtoras, promovendo a utilização de energia solar a custos mais acessíveis para associações de grande impacto social (ACI - autoconsumo individual); e assumir os custos da energia auto-produzida consumida pelas famílias vulneráveis vizinhas dessas instituições (ACC - autoconsumo coletivo).

Neste primeiro ano, não tendo ainda sido possível ativar o Programa Bairros Solares Solidários, optou-se por trabalhar com 15 instituições associadas da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, que instalaram painéis solares no modelo *as-a-service*, cujas mensalidades serão financiadas pela Fundação EDP ao longo do ano de 2022. Adicionalmente, de forma a também beneficiar os vizinhos vulneráveis do Bairro Solar a ser criado com a APDAF (Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família), iremos assumir o compromisso de oferecer durante 2022 um crédito mensal na fatura de energia equivalente ao que teriam caso a comunidade solar estivesse em funcionamento.

PROJECTO	ENTIDADE PARCEIRA	VALOR (€)	BENEFICIÁRIOS
PROGRAMA EDP SOLIDÁRIA			
Computadores nas Escolas - Programa	Diversas Entidades	826.669	21.815
Computadores nas Escolas - Outros Custos		93.825	N.A.
EDP Solidária Sines		51.037	N.D.(1)
GESTÃO GLOBAL			
Gestão de Candidaturas		3.444	N.A.
EDP Solidária - Auditorias Ed. Anteriores		27.379	N.A.
PROJETOS INOVAÇÃO SOCIAL			
Arte Pública Fundação EDP - Programa		4.000	3.359
Arte Pública Fundação EDP - Outros Custos		4.825	N.A.
Bairro Solar Solidário	Diversas Entidades	109.635	N.D.(1)

(1) Os beneficiários serão apurados após operacionalização do projeto, no ano 2022.

5.2 Museu

A atividade do maat – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia foi, em 2021, afetada pela pandemia COVID-19, que levou ao encerramento do museu durante cerca de três meses (os edifícios maat e Central Tejo encerraram no dia 14 de janeiro, tendo o primeiro reaberto a 5 de abril e o segundo a 24 de abril). Mesmo assim, o museu conseguiu aumentar de forma muito significativa o seu número de visitantes face ao ano anterior, tendo recebido 102.782 visitas (61.045 em 2020). A primeira temporada do ano trouxe ao museu temas relevantes relativos ao nosso futuro coletivo, investigando as complexidades dos princípios sociais, ambientais e geopolíticos que definem a era atual: desde os realinhamentos geopolíticos de uma condição pós-global, acelerada pela atual pandemia, até à nossa relação com a Terra e os efeitos das ações antrópicas sobre a vida no planeta.

Este novo ciclo teve início no dia 5 de abril, com a abertura ao público de três exposições: X Não É um País Pequeno – Desvendar a Era Pós Global, Earth Bits – Sentir o Planeta e Aquaria – Ou a Ilusão de um Mar Fechado (estas duas últimas integraram a programação da Lisboa Capital Verde Europeia 2020). Em X Não É um País Pequeno – Desvendar a Era Pós Global nove profissionais da arte, do design e da arquitetura abordaram, a partir de múltiplas perspetivas geográficas, questões relacionadas com o complexo e, por vezes, desconcertante estado do mundo global. Earth Bits – Sentir o Planeta propôs descodificar as complexidades da ciência climática, medindo a pegada de carbono provocada pelos humanos através de conteúdos gráficos e digitais, vídeos de animação e uma estação interativa. E Aquaria – Ou a Ilusão de um Mar Fechado convidou o público a olhar para a forma como o oceano entrou nas nossas cidades, nas nossas casas ou nas nossas instituições culturais, questionando o processo de interiorização do reino dos oceanos.

O primeiro semestre ficou também marcado por um novo programa desenvolvido pelo museu em torno das duas coleções da Fundação EDP: a Coleção de Arte Portuguesa e a Coleção de Património Energético. Assim, a 24 de abril foram inauguradas no edifício da Central as exposições Contadores de Histórias, que reuniu diversas peças da Coleção de Património Energético e do Centro de Documentação da Fundação EDP; e a exposição Ensaio para uma comunidade – Retrato de uma Coleção em Construção (take 1), que apresentou 136 obras da Coleção de Arte Portuguesa da Fundação EDP.

De referir ainda a exposição Sanatorium, uma instalação performativa do artista mexicano Pedro Reyes em formato de clínica temporária, apresentada na Central Tejo, entre maio e outubro.

A rentreé de setembro foi assinalada com O Barco/The Boat, uma escultura de grandes dimensões da artista Grada Kilomba, instalada ao ar livre, no exterior da Central Tejo, co-apresentada com a BoCA – Bienal de Arte Contemporânea. Este trabalho incluiu um poema traduzido em várias línguas e que foi o centro de uma performance (com três sessões) que contou com produção musical da Kalaf Epalanga.

A última exposição do ano, DIA, trouxe ao maat um conjunto de cerca de 20 peças que produzem luz e escuridão do artista alemão Carsten Höller, muitas delas especialmente recriadas para esta mostra. DIA abriu ao público a 5 de outubro, por ocasião do 5.º aniversário do maat. A data foi assinalada com um programa especial gratuito que incluiu performances, oficinas, visitas guiadas e uma edição do Mercado de Produtores da Comida Independente.

Toda a programação ao longo do ano foi acompanhada por uma programação paralela intensa e um conjunto de programas públicos que contribuíram para o motivar debate e aprofundar conhecimento e pensamento acerca das temáticas presentes e/ou subjacentes às diversas exposições, através de contributos dos campos do design e das artes visuais em geral, numa lógica interdisciplinar.

Um exemplo foi o programa Oceanos no maat que, entre junho e julho, no arranque da "Década do Oceano", lançada pela ONU, apresentou no museu uma série de eventos como performances, mesas-redondas, visitas, oficinas para crianças e workshops para profissionais, entre outros. No âmbito desta iniciativa, e através de uma colaboração especial com a TBA21 – Academy – uma organização de arte contemporânea e um ecossistema cultural que promove uma relação mais aprofundada ao Oceano, recorrendo à arte para inspirar cuidado e ação –, o maat apresentou um programa público de quatro dias dirigido a jovens universitários e adultos intitulado Arquitetura do Mar Fechado: Entre Aquários e Áreas Marinhas Protegidas, que pretendeu explorar as repercussões arquitetónicas, geopolíticas e históricas dos aquários e das zonas marinhas protegidas no conhecimento e na gestão da vida marinha na era moderna.

Mais dois exemplos: o programa público Clima: Emergência > Emergente, que teve como objetivo chamar a atenção para a emergência climática, estimulando análises críticas e propostas criativas que procuraram ir além do catastrofismo, fazendo emergir futuros ambientalmente sustentáveis. De âmbito internacional e interdisciplinar, este programa foi idealizado por um "Coletivo Climático", fundado pelo maat e dirigido pelo escritor e professor norte-americano T. J. Demos. E o programa Jamaika também É Portugal, com o qual se propôs discutir – no âmbito da exposição X não É um

País Pequeno – a experiência vivida em questões de desigualdade no acesso à habitação, através de conversas, performances, screenings e de um concerto do rapper Kid Robinn.

De referir ainda o programa de música Diálogos, que introduziu no museu uma série de colaborações experimentais em torno do som; o Programa de Filmes Art Jameel que decorreu no âmbito da exposição X não É um País Pequeno; e o simpósio Seres Vulneráveis que, em torno das questões do espaço e do tempo das epidemias, reuniu artistas, académicos e ativistas em duas assembleias presenciais no maat, numa densa agenda de palestras, diálogos, exibições, música e performances.

Uma extensa e diversificada programação pública que privilegiou parcerias relevantes com instituições nacionais e internacionais como TBA21 – Academy, Oceanário de Lisboa, Design Academy Eindhoven, Center for Research Architecture – Goldsmiths, University of London, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Nova FCSH e Instituto Superior Técnico, entre outras.

No âmbito das atividades promovidas pelo SEPP – Serviço Educativo e Programas Públicos, destaque também para três programas desenhados para públicos-alvo muito específicos: o programa Maaturidades e o Programa Demência. O primeiro convida a população sénior a dialogar com a arte contemporânea através de sessões, online e presenciais, que são pensadas de forma a promover a análise de temas atuais, numa descodificação feita pelo cruzamento intergeracional. O Programa Demência – Alzheimer foi especialmente desenhado para proporcionar às pessoas com demência e seus cuidadores a oportunidade de participarem em atividades significativas em contexto de museu. Este programa resultou de uma parceria entre o maat, a associação Alzheimer Portugal, o Museu de Lisboa, a associação Acesso Cultura e o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa. E os programas continuados com escolas de comunidades fragilizadas, concebidos numa abordagem de cocriação, onde os alunos participam na reflexão, conceção e implementação do próprio programa - pretendem desenvolver capacidades criativas, estimular a expressão individual e o debate, e potenciar a tomada de decisões.

A programação do museu alimentou também o maat ext., plataforma de conteúdos online, lançada em 2020, que agrega, liga e expande o alcance das ações do museu na esfera digital. No último ano, o museu veio a tornar públicas em ext.maat.pt 175 peças editoriais, em inglês, distribuídas pelas cinco secções do website – Bulletin, Open Sources, Longforms, Cinema e Antena. Uma parte significativa destes conteúdos estão ancorados nos programas de exposições e atividades desenvolvidos no espaço físico do museu, contribuindo para aprofundar a ligação entre os visitantes e os protagonistas dos referidos programas e dando a conhecer as suas propostas a um público geograficamente distante – cerca de metade dos utilizadores estão além-fronteiras, em países como os E.U.A., o Reino Unido, Itália, Países Baixos, França, Alemanha ou Finlândia –, que foi aumentando ao longo do ano. Mas, 2021 foi também o ano em que este espaço digital de ideação especulativa e partilha de conhecimento do maat apresentou ao público propostas exclusivamente digitais. Com a criação do tópico #groundworks, o maat ext. revelou um conjunto de referências históricas essenciais para introduzir as explorações críticas que alimentam a complexa interligação entre as demandas ambientais e energéticas, e a sua reverberação através de décadas de produção artística, movimentos políticos e culturais traçados desde a década de 1960 até aos dias de hoje.

PROGRAMAÇÃO	ARTISTA	VALOR (€) [2]	VISITANTES [1]
PROGRAMAÇÃO 2021			
Exposição Ensaio para uma comunidade		93.060	70.136
Exposição Contadores de Histórias		55.217	70.136
Sanatorium	Pedro Reyes	77.502	8.811
Aquaria — Ou a Ilusão de Um Mar Fechado		248.562	36.571
X não é Um País Pequeno — Desvendar a Ordem Pós Global		245.272	36.571
Earth Bits — Sentir o Planeta		99.809	36.571
DIA	Carsten Höller	496.357	9.956
Contagion - Vulnerable Beings		85.453	250
PROGRAMAÇÃO 2020		18.203	N.A.
PREPARAÇÃO PROGRAMAÇÃO 2022			
Exposição Plastic: Utopia and Reality of a Magical Material	Vitra Design Museum	98.666	N.A.
Traverser la Nuit - Obras da Colecção Antoine Galbert		6.642	N.A.
Border-line(s)	Didier Faustino	41.294	N.A.
Naturezas Visuais		374	N.A.
Exposição Prémio Novos Artistas		2.472	N.A.
Prisma	Vhils	750	N.A.
Exposição André Príncipe e José Pedro Cortes		7.730	N.A.
OUTRAS INICIATIVAS			
5.º Aniversário MAAT		74.088	1.500
Fuso – Anual de Vídeo Arte Internacional de Lisboa	Horta Seca – Associação Cultural	5.094	200
Outros - Editorial		21.996	N.A.
Berlin Gallery Weekend		8.012	N.A.
BoCA - RExFORM		20.088	N.A.

(1) Número de visitantes de cada exposição. A soma destes números não corresponde ao número global de visitantes, uma vez que cada visitante pode percorrer vários espaços.

(2) Valores incluem custos como fee de artista e honorários, montagem, transporte de obras, comunicação, entre outros.

5.3 Cultura

O Grande Prémio Fundação EDP Arte teve em 2021 a sua 8.ª edição. Esta é uma iniciativa trienal que pretende consagrar um artista plástico, com carreira consolidada e historicamente relevante, cujo trabalho contribui para afirmar e fundamentar as tendências estéticas contemporâneas portuguesas. Nesta última edição, foi distinguida a artista Luísa Cunha, escolhida por unanimidade por um júri constituído por Benjamin Weil (curador e crítico de arte francês e diretor do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian), Philippe Vergne (diretor do Museu de Arte Contemporânea de Serralves), Teresa Patrício Gouveia (antiga presidente da Fundação de Serralves e antiga administradora da Fundação Calouste Gulbenkian), Tobi Maier (diretor das Galerias Municipais de Lisboa), Vera Pinto Pereira (presidente da Fundação EDP), Miguel Coutinho (administrador e diretor geral da Fundação EDP) e José Manuel dos Santos (administrador e diretor cultural da Fundação EDP).

A par do Grande Prémio Fundação EDP Arte, a Fundação EDP dinamiza também, desde o ano 2000, o Prémio Novos Artistas, que se destina à revelação de novos valores da criação nacional no domínio das artes plásticas e visuais. Este prémio, que tem periodicidade bienal, escolhe em cada edição um conjunto de seis a nove artistas convidados a apresentar o seu trabalho numa exposição coletiva, no âmbito da qual um dos artistas será distinguido como vencedor por um júri internacional. No final de 2021, foram lançadas as candidaturas para a 14ª edição deste prémio, cuja exposição será apresentada no maat, em 2022.

A cultura contemporânea – nas suas diversas dimensões, tendências, ideias, mitologias e imagens – é também o foco da revista Electra, publicação com edição trimestral e distribuição internacional, em português e em inglês, lançada em 2018 pela Fundação EDP.

No último ano, foram publicadas quatro edições da revista que contaram com dossiers dedicados aos temas "A Fama", "A Curiosidade", "A Comida" e "Arte Contemporânea". A propósito deste último dossier, a revista organizou uma conferência intitulada "Situação atual da arte contemporânea: profusão e desorientação", que contou com a presença do filósofo e crítico de arte Yves Michaud, e teve lugar na Central Tejo, em novembro.

A Electra, que em junho lançou o seu website - também bilingue -, marcou presença em vários eventos culturais e artísticos. Em Portugal, foi protagonista de uma conversa no âmbito do Folio – Festival Literário Internacional de Óbidos, que decorreu em outubro e, no mesmo mês, dinamizou também uma conversa sob o tema "O Estado da Arte", no espaço editorial da feira Drawing Room, projeto dedicado ao desenho contemporâneo, que se realizou na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa, tendo a Fundação EDP como mecenas.

A nível internacional, a Electra esteve representada, com espaço próprio, na 10ª edição da FIG Bilbao - Feira Internacional de Gravura e Arte sobre Papel, que se realizou em novembro, e que contou também com o apoio da Fundação EDP e da Fundación EDP.

Em 2021, a Fundação EDP manteve o seu apoio mecenático a um conjunto instituições de referência e a projetos de excelência, viabilizando dezenas de manifestações culturais em áreas como as artes plásticas, dança, música, arquitetura e educação artística, entre outras.

Exemplo desta atividade é o apoio à Companhia Nacional de Bailado, da qual a Fundação EDP é Mecenas Principal; à Casa da Música, que apresenta anualmente o Ciclo de Piano Fundação EDP; à Fundação de Serralves como Mecenas Exclusivo da exposição Terçolho, de João Maria Gusmão e Pedro Paiva; à Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva, contribuindo para a realização de exposições temporárias atividades da programação anual; ou ainda a Orquestra Sinfónica Juvenil, pelo apoio à temporada e pela atribuição de bolsas de estudo destinadas à formação e profissionalização de jovens músicos de elevado potencial artístico.

A Fundação EDP assegurou ainda a promoção da investigação e da edição académica e literária, pelo apoio ao Centro Nacional de Cultura, ao Programa The Lisbon Consortium (Universidade Católica Portuguesa) e ao Prémio Mário Soares – Fundação EDP, que distingue trabalhos sobre história contemporânea.

PROJECTO	ENTIDADE PARCEIRA	VALOR (€)	BENEFICIÁRIOS
MECENATO CULTURAL			
Programação Companhia Nacional de Bailado	**Companhia Nacional de Bailado/OPART**	**50.000**	**22.161**
Ciclo de Piano Fundação EDP	**Fundação Casa da Música**	**50.000**	**197.735**
Exposição Terçolho de João Maria Gusmão e do Pedro Paiva	**Fundação de Serralves**	**50.000**	75.314
Orquestra Sinfónica Juvenil			
Atividades Orquestra Sinfónica Juvenil	Círculo Musical Português	24.500	**5.537**
Bolsas de Estudo Fundação EDP – Orquestra Sinfónica Juvenil	Círculo Musical Português	17.500	**12**
Outros Custos		562	**N.A.**
Programação Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva	**Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva**	**42.000**	**8.888**
Trienal de Arquitetura de Lisboa	**Associação Trienal de Arquitetura de Lisboa**	**50.000**	**16.436**
Inventariação e Catalogação do Espólio do Prof. Eduardo Lourenço	**Centro Nacional de Cultura**	**17.500**	**10.200**
Coro EDP	**Coro EDP**	**2.250**	**N.A.**
Clube Unesco de Educação Artística	**ASPREA – Associação Pró–Educação Artística**	**5.600**	**756**
Prémio Fundação Mário Soares e Maria Barroso – Fundação EDP	**Fundação Mário Soares e Maria Barroso**	**7.000**	**1**
Programa The Lisbon Consortium	**Universidade Católica Portuguesa**	**5.000**	**1**
Bienal de Veneza	**Bienal de Veneza**	**70.000**	**N.A.**
REVISTA ELECTRA			
Produção Executiva e Edição		287.807	7 812 (1)
Outros Custos		49.803	N.A.

(1) Número fora do âmbito comercial: revistas doadas (colaboradores, imprensa, hotéis, espaços de lazer, bibliotecas académicas e municipais, autores, tradutores, detentores de direitos de imagem, equipa, entre outros stakeholders selecionados) e beneficiários de conferências/encontros (iniciativas de entrada livre).

5.4 Coleção de arte

A Fundação EDP investiu cerca de 139 mil euros na sua Coleção de Arte com a aquisição de 24 obras a um conjunto de 21 artistas portugueses. Uma parte significativa deste investimento foi feita no âmbito do lançamento de um Fundo de Aquisições de Jovens Artistas, criado em resposta ao grave impacto provocado pela pandemia do COVID-19 no meio artístico, e especialmente nos jovens artistas em início de carreira. Com uma dotação aproximada de 100 mil euros, este fundo possibilitou a compra de 22 obras de 15 jovens artistas nascidos entre 1986 e 1996, colmatando ou complementando lacunas de representação na Coleção de Arte Fundação EDP relativamente a artistas desta geração: Adriana Proganó, Alice dos Reis, AnaMary Bilbao, Andreia Santana, Carolina Pimenta, Eduardo Fonseca e Silva, Fernão Cruz, Gonçalo Preto, Henrique Pavão, Horácio Frutuoso, Igor Jesus, Maria Trabulo, Rita Ferreira, Sara Bichão e Tiago Madaleno.
Foram ainda adquiridos os filmes A Grande Bebedeira (2007) e Luzes de Osaka (2016) à dupla de artistas João Maria Gusmão e Pedro Paiva, no seguimento da exposição Um Oásis ao Entardecer, que esteve patente no maat entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021; o vídeo Lapso (2021) de Sofia Arriscado e Costanza Givone, vencedor do Prémio Aquisição Fundação EDP/MAAT no âmbito da edição de 2021 do FUSO – Festival de Videoarte de Lisboa; e duas obras, uma de Luis Paulo Costa e uma de Pedro Barateiro, compradas no leilão solidário da IPSS CAPITI, realizado em outubro de 2021, na Central Tejo.

A Coleção de Arte da Fundação EDP recebeu ainda, em doação, uma obra de Manuel de Oliveira e uma obra de Lourdes Castro, com um valor total de €4.000.
A Fundação EDP também cedeu em empréstimo seis obras que integraram cinco exposições de âmbito nacional e internacional. Exemplos destes empréstimos são a obra Indépendance Cha Cha (2014), da artista Ângela Ferreira, cedida para as exposições Congoville no Middelheim Museum, em Antuérpia, e Ângela Ferreira, structures et gestes — Indépendance Cha Cha & #BucketsystemMustFall apresentada na Abadia de Maubuisson - Saint Ouen l'Aumône, em França; duas obras de Maria José Oliveira que estiveram presentes na exposição Tudo o que eu quero – Artistas portuguesas de 1900 a 2020 que teve lugar no Museu Calouste Gulbenkian no âmbito do Programa Cultural da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia; e a obra Bathers (2020) de Gabriel Abrantes que foi emprestada para a exposição internacional que o artista apresentou no Salzburger Kunstverein, na Aústria.

TABELA DE OBRAS DE ARTE ADQUIRIDAS PELA FUNDAÇÃO EDP EM 2021

DISCIPLINA	AUTOR	TÍTULO
PINTURA (9)	Horácio Frutuoso	Invisível (Acto Segundo) (2020)
	Horácio Frutuoso	Reconciliation (2020)
	Gonçalo Preto	Makaveli (2021)
	Gonçalo Preto	spine-tingling (2019)
	Adriana Progranó	sem título (2019)
	Eduardo Fonseca e Silva	Sem Título (cut-out) (2020)
	Eduardo Fonseca e Silva	Sem Título (cut-out) (2020)
	Luís Paulo Costa	Azul Azul (2021)
	Tiago Madaleno	Texto Quente (2018/2019)
DESENHO (1)	Pedro Barateiro	Feridas (s/d)
ESCULTURA (2)	Andreia Santana	Paranomia #5 (Gemini) (2018)
	Sara Bichão	Raia (2018)
INSTALAÇÃO / OUTROS (4)	Fernão Cruz	Jantar para Oito (2021)
	Adriana Progranó	jogo da macaca (2019)
	Rita Ferreira	Mal-me-quer (2020)
	AnaMary Bilbao	Como interromper a eternidade? (Intervalos para a dúvida) (2019)
FOTOGRAFIA (1)	Carolina Pimenta	Almost Famous - Tita; Almost Famous - Ortiga; Suck & Blow - Michi & Statue; Almost Famous - Rezm (2018)
VÍDEO / FILME (7)	João Maria Gusmão e Pedro Paiva	A Grande Bebedeira (2007)
	João Maria Gusmão e Pedro Paiva	Luzes de Osaka (2016)
	Alice dos Reis	Subcorrente (2019)
	Igor Jesus	Safelight (2019)
	Maria Trabulo	Escavando o Deserto (2019)
	Henrique Pavão	One Last Longing (2020)
	Costanza Givone e Sofia Arriscado	Lapso (2021)

TABELA DE OBRAS DE ARTE DOADAS À FUNDAÇÃO EDP EM 2021

DISCIPLINA	AUTOR	TÍTULO
FOTOGRAFIA (1)	Manuel de Oliveira	Sem título (n/datado)
SERIGRAFIA (1)	Lourdes Castro	Sombra Projectada de Arália, Versão 2 (2020)

EMPRÉSTIMOS DA COLEÇÃO DE ARTE - 2021

TÍTULO DA EXPOSIÇÃO	OBRAS
Congoville Middelheim Museum - Antuérpia 29.05.2021 - 03.10.2021	Ângela Ferreira, *Indépendance Cha Cha*, 2014, Madeira de faia e pinho, MDF, tinta plástica, ferro, ecrãs de projeção, 2 vídeos (cor, som alternado, 5'9'', loop)
Tudo o que eu quero – Artistas portuguesas de 1900 a 2020 Museu Calouste Gulbenkian - Lisboa 02.06.2021 - 23.08.2021	Maria José Oiveira, *Asa - a alma não se mede em centímetros*, 2010, Tela branca de algodão, fio do norte e ferro Maria José Oliveira, *Sistema Muscular e Coluna Vertebral*, 2004, Tela crua com folha de ouro, argila e fio do norte
Ângela Ferreira, structures et gestes *- Indépendance Cha Cha & #BucketsystemMustFall* Abbaye de Maubuisson (Saint Ouen l'Aumône) - França 03.07.2021 - 25.09.2021	Ângela Ferreira, *Indépendance Cha Cha*, 2014, Madeira de faia e pinho, MDF, tinta plástica, ferro, ecrãs de projeção, 2 vídeos (cor, som alternado, 5'9'', loop)
Gabriel Abrantes. Animations Salzburger Kunstverein - Aústria 24.07.2021 - 03.10.2021	Gabriel Abrantes, *The Bathers*, 2020, Óleo sobre tela
Matéria Luminal Museu Berardo - Lisboa 15.09.2021 - 02.01.2022	Rui Toscano, *Moonchild*, 2009 Projectores de luz, dimmer

1. Em 2021, a primeira temporada do maat trouxe ao museu temas relevantes relativos ao nosso futuro coletivo. Um exemplo foi a exposição Earth Bits – Sentir o Planeta.

2. Através do Programa EDP Solidária, a Fundação EDP apoiou a capacitação digital do ensino nacional, através da doação de 3.000 computadores a escolas localizadas em territórios económica e socialmente desfavorecidos.

3. A artista Luisa Cunha foi distinguida com o Grande Prémio Fundação EDP Arte, iniciativa trienal que consagra um artista plástico, com carreira consolidada e historicamente relevante, cujo trabalho contribui para afirmar e fundamentar as tendências estéticas contemporâneas portuguesas.

4. Em outubro, o maat celebrou o seu 5.º aniversário, com uma programação especial que incluiu a inauguração da exposição DIA, do artista Carsten Höller.

5. O filósofo e crítico de arte francês Yves Michaud foi o protagonista de uma conferência sobre arte contemporânea realizada pela revista Electra, em novembro.

RENEWABLE

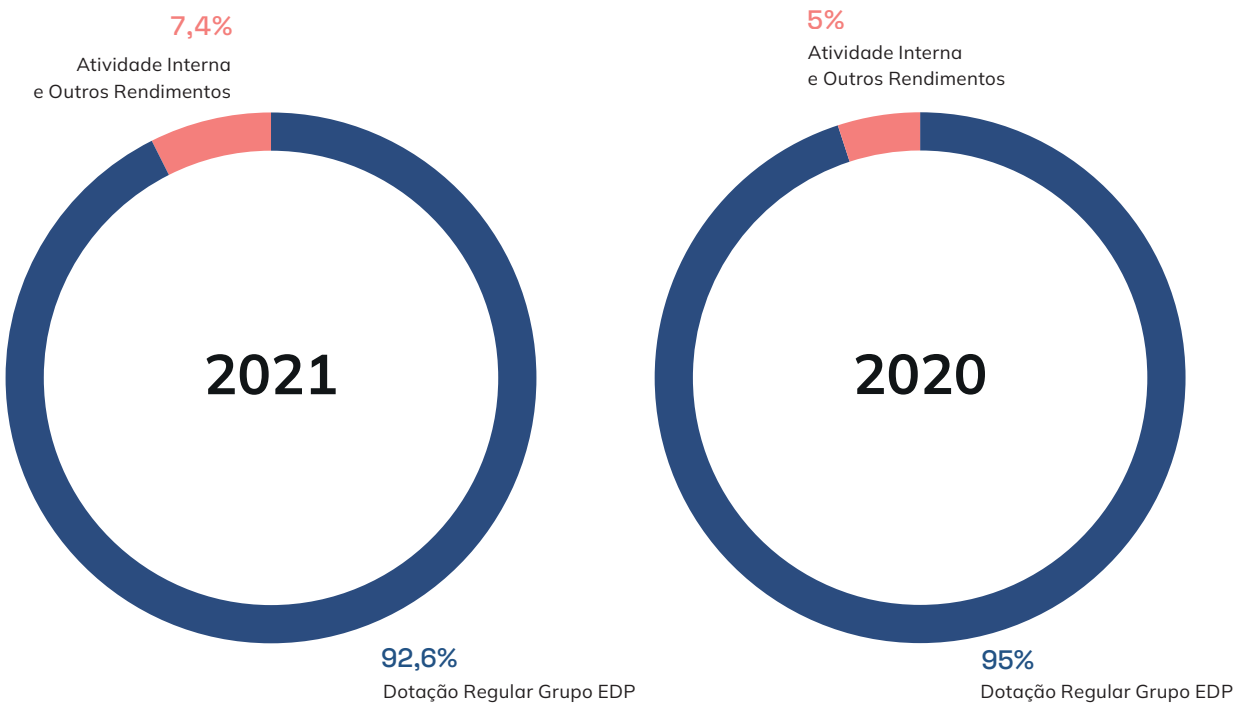
Where innovation and sustainability meet.

Situação Económica e Financeira

Em 2021, os rendimentos (patrocínios e donativos) da Fundação EDP apresentaram um aumento de 2,6% face ao ano anterior.

A Dotação Regular do Grupo EDP, que constituiu 92,6% do total de rendimentos (95,0 % em 2020), manteve o valor de 12,7 milhões de euros. Este montante inclui 6,2 milhões de euros aprovados em Assembleia Geral de acionistas do Grupo EDP e contribuições da EDP Produção e da E-Redes, de 2,4 milhões de euros e 4,1 milhões de euros, respetivamente.

Os restantes rendimentos constituíram 7,4% do total de rendimentos (5,0% em 2020), e apresentaram um aumento de 51,9% face ao ano anterior, como resultado da melhor adaptação do país à situação de saúde pública vivida em consequência da pandemia de COVID-19. A referida situação traduziu-se no aumento dos rendimentos provenientes da venda de bilhetes e de produtos da loja.



RENDIMENTOS	2021	2020	Δ %
Dotação Regular Grupo EDP	12.700.000	12.700.000	0,0%
Atividade Interna e Outros Rendimentos	1 019 362	670.951	51,9%
TOTAL	13 719 362	13.370.951	2,6%

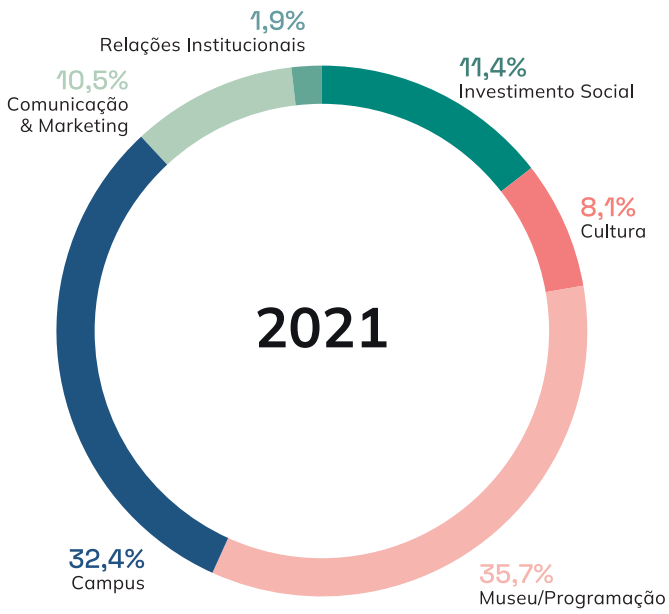
Os gastos operacionais da Fundação EDP atingiram 11,4 milhões de euros, uma redução de 1,6% face a 2020.

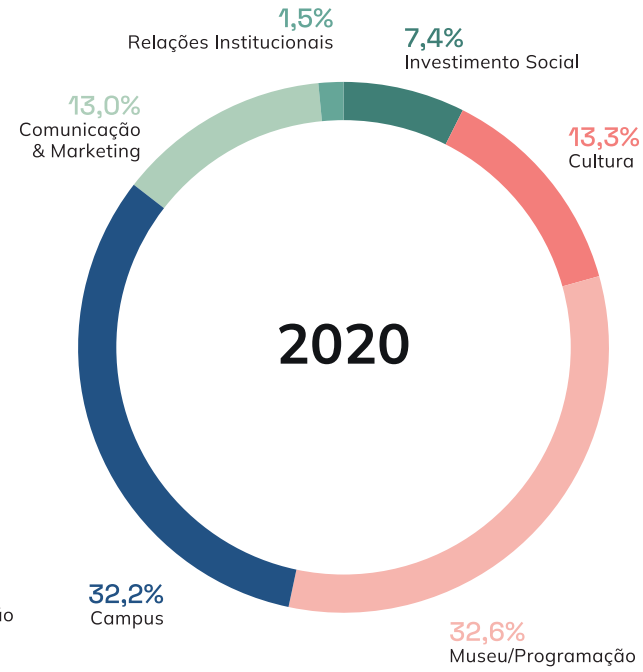
Os gastos com pessoal situaram-se em 2,6 milhões de euros, -2,6% face ao ano anterior.

Os encargos gerais representaram 12% do total de gastos operacionais e registaram uma diminuição de 4,8% face ao ano anterior.

Apesar do encerramento temporário da Central Tejo e do maat, na generalidade, foram mantidas as principais atividades da Fundação EDP, em todas as áreas, pelo que os gastos das atividades apresentaram um decréscimo de 4,1 % face a 2020.

No ano 2021 foi atingido um resultado líquido positivo de 1,5 milhões de euros, devido ao aumento dos rendimentos resultantes da atividade interna da Fundação EDP e uma ligeira diminuição nos gastos.





GASTOS	2021	2020	Δ %
ESTRUTURA	3 977 867	4 115 970	-3,4%
Gastos com Pessoal	2 601 283	2 669 994	-2,6%
Encargos Gerais	1 376 584	1 445 976	-4,8%
ATIVIDADES	7 450 363	7 907 381	-5,8%
Investimento Social	863 642	586 716	47,2%
Cultura	611 790	1 048 350	-41,6%
Museu/Programação	2 709 160	2 581 488	4,9%
Campus	2 458 283	2 543 754	-3,4%
Comunicação & Marketing	663 241	1 027 283	-35,4%
Relações Institucionais	144 247	119 789	20,4%
TOTAL	11 428 230	12 023 351	-4,9%

07

Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da Fundação EDP propõe que o Resultado Líquido de 1.514.430€ seja transferido para Resultados Transitados.

Desta rúbrica deverão ser constituídas Reservas Livres no montante de 1.000.000€, que correspondem ao valor do projeto de substituição dos sistemas de segurança, videovigilância e controlo de acessos da Fundação no valor de 850.000€, e do projeto de requalificação do "jardim praia" no valor de 150.000€.

HUMAN

**Diverse and inclusive,
for generations to come.**

Caderno Financeiro

fundação edp

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

Unidade: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.dez.2021	31.dez.2020
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	62.329.785	59.314.120
Bens do património histórico e cultural	7	2.487.271	2.487.271
Total do Ativo Não Corrente		**64.817.056**	**61.801.391**
Ativo Corrente			
Inventários	8	128.917	-
Clientes	10	128.468	138.532
Estado e outros entes públicos	11	24.417	-
Outros créditos a receber	12	60.150	57.289
Diferimentos	13	14.388	13.273
Caixa e depósitos bancários	6	10.962.440	15.299.429
Total do Ativo Corrente		**11.318.780**	**15.508.523**
Total do Ativo		**76.135.836**	**77.309.914**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	22.351.847	22.351.847
Reservas - Doações	15	1.101.647	1.100.147
Outras reservas	15	6.831.011	6.732.611
Resultados transitados	16	2.097.937	1.443.327
Outras variações nos fundos patrimoniais - subsídios ao investimento	17	34.561.130	35.498.828
Resultado líquido do período		1.514.430	753.010
Total dos Fundos Patrimoniais		**68.458.002**	**67.879.770**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	18	20.351	21.157
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	56.000	47.000
Outras dívidas a pagar	20	2.036.138	2.062.185
Total do Passivo Não Corrente		**2.112.489**	**2.130.342**
Passivo Corrente			
Fornecedores	21	2.209.536	3.525.546
Estado e outros entes públicos	11	81.810	117.049
Diferimentos	13	786.669	811.489
Outras dívidas a pagar	20	2.487.330	2.845.718
Total do Passivo Corrente		**5.565.345**	**7.299.802**
Total do Passivo		**7.677.834**	**9.430.144**
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**76.135.836**	**77.309.914**

Lisboa, 20 de maio de 2022
CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 54.088

O Conselho de Administração

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Vendas e serviços prestados	22	545.374	204.230
Subsídios, doações e legados à exploração	23	12.700.000	12.700.000
Subsídios, donativos e bolsas	31	(1.251.282)	(1.396.735)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	(50.088)	-
Fornecimentos e serviços externos	25	(7.477.384)	(7.805.671)
Gastos com o pessoal e responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	(2.601.283)	(2.669.993)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	27	4.082	1.551
Provisões (aumentos/reduções)	28	806	(22)
Outros rendimentos	29	473.988	466.213
Outros gastos	30	(69.728)	(71.292)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**2.274.485**	**1.428.281**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	32	(757.366)	(675.219)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**1.517.119**	**753.062**
Juros e gastos similares suportados	33	(2.689)	(52)
Resultado antes de impostos		**1.514.430**	**753.010**
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**1.514.430**	**753.010**

Lisboa, 20 de maio de 2022
CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 54.088

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2020

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores: Fundos	Reservas Doações	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	22.351.847	1.100.147	5.562.715	1.422.052	36.551.381	1.191.155	68.179.297
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	1.169.896	21.275	-	(1.191.155)	16
	2	-	-	1.169.896	21.275	-	(1.191.155)	16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						753.010	753.010
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	-	-	-	(438.145)	753.026
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	(1.052.553)	-	(1.052.553)
	5	-	-	-	-	(1.052.553)	-	(1.052.553)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	22.351.847	1.100.147	6.732.611	1.443.327	35.498.828	753.010	67.879.770

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2021

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores: Fundos	Reservas Doações	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	22.351.847	1.100.147	6.732.611	1.443.327	35.498.828	753.010	67.879.770
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	753.010	-	(753.010)	-
	7	-	-	-	753.010	-	(753.010)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						1.514.430	1.514.430
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	-	-	-	-	761.420	1.514.430
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	(937.698)	-	(937.698)
Constituição de Reservas Livres		-	-	98.400	(98.400)	-	-	-
Outras operações		-	1.500	-	-	-	-	1.500
	10	-	1.500	98.400	(98.400)	(937.698)	-	(936.198)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	11=6+7+8+10	22.351.847	1.101.647	6.831.011	2.097.937	34.561.130	1.514.430	68.458.002

Lisboa, 20 de maio de 2022
CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 54.088

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de DEZEMBRO de 2021 e 2020

Unidade: Euros

RUBRICAS	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de subsídios à exploração		12.700.000	12.700.000
Pagamentos de apoios		(1.720.600)	(2.720.407)
Recebimentos de clientes e utentes		922.025	498.623
Pagamentos a fornecedores		(8.915.162)	(7.689.428)
Pagamentos ao pessoal		(2.602.459)	(2.618.877)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(18.211)	(382.952)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		365.593	(213.041)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		-	1.944.889
		-	1.944.889
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4.676.078)	(2.030.134)
		(4.676.078)	(2.030.134)
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(4.676.078)	(85.245)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(26.504)	(38.234)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		(26.504)	(38.234)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(4.336.989)	(336.521)
Caixa e seus equivalentes no início do período		15.299.429	15.635.950
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)		10.962.440	15.299.429

(*) Ver detalhe da decomposição da rubrica " Caixa e seus equivalentes" na Nota 6 às Demonstrações Financeiras

Lisboa, 20 de maio de 2022
CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 54.088

O Conselho de Administração

1. Identificação da entidade

A Fundação EDP pessoa colectiva nº 506997286 é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Lisboa, constituída pela EDP Energias de Portugal, S.A., em 13 de dezembro de 2004, e cujo início de atividade formal se concretizou em maio de 2005. Pelo despacho nº 10 493/2005, de 12 de outubro de 2005, a Fundação EDP foi reconhecida como Fundação pelo Ministério da Administração Interna.

Por despacho do Primeiro-Ministro de 4 de dezembro de 2009, publicado no Diário da República, II série, n.º 243, de 17 de dezembro de 2009 obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, a Fundação EDP pediu a confirmação do estatuto de utilidade pública, tendo o mesmo sido confirmado por despacho nº 2652/2013 de 4 de fevereiro de 2013, publicado no Diário da República, II série, n.º 35, de 19 fevereiro. O estatuto de utilidade pública foi renovado por mais cinco anos a partir da publicação do Despacho n.º 2033/2019 do dia 13 de fevereiro de 2019, produzindo efeitos desde 19 de fevereiro de 2018.

A Fundação EDP tem por fins gerais a promoção, o desenvolvimento e o apoio a iniciativas de natureza social, cultural, científica, tecnológica, educativa, ambiental, desportiva e de defesa do património e por fins especiais promover o estudo, a conservação e a divulgação do património cultural, científico e tecnológico relacionado com a energia elétrica, existente em Portugal.

A Fundação EDP foi instituída pelo seu Fundador, a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 12 em Lisboa, com um Fundo de Capital inicial de 22.351.846,97 Euros, constituído através de uma dotação em espécie no montante de 17.351.846,97 Euros e uma dotação financeira de 5.000.000,00 Euros. O valor das dotações encontra-se totalmente realizado à data do Balanço.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação EDP, foram preparadas de acordo com o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, ambos com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações ou lacunas que sejam relevantes para a prestação de informação verdadeira e propriada, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição, no dia 20 de maio 2022, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as caraterísticas qualitativas da consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do NCRF-ESNL.

O período com início em 1 de Janeiro de 2016 foi o período de aplicação pela Instituição das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. A Instituição aplicou as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8259/2015 sem impactos significativos nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Instituição. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos e impostos não reembolsáveis, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Instituição.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos do período no ano em que ocorrem à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Fundação EDP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base na melhor estimativa das atividades presentes e futuras do ativo para a entidade.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Terrenos	99
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	7 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	5

Os terrenos registados ao abrigo do contrato de concessão de uso privativo, como locação financeira são amortizados pelo período de concessão de 99 anos.

As vidas úteis, o método de depreciação e o valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

As obras de arte pertencentes à coleção da Fundação EDP encontram-se registadas na contabilidade pelo seu custo de aquisição ou, no caso de doação de acordo com o critério abaixo indicado.

Ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito

Os ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito, nomeadamente as obras de arte doadas, na data de atribuição, são mensurados da seguinte forma e pela ordem apresentada:

- Justo valor;
- Valor pelo qual se encontram seguradas;
- Valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

Os ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito são registados em ativos fixos tangíveis por contrapartida de Reservas - Doações.

Não existem obras de arte doadas ou outros ativos fixos tangíveis com restrições temporárias ou permanentes, quer quanto ao uso, quer quanto ao seu destino.

Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural incluem bens de domínio privado que se encontram classificados como património histórico, conforme respetivas cadernetas prediais, nomeadamente o terreno e o edifício da Central Tejo.

Os bens do património histórico e cultural não são objeto de depreciação, nos termos do normativo NCRF-ESNL.

b) Locações

A Fundação EDP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Fundação EDP à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

c) Créditos a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, e subsequentemente de acordo com o custo amortizado, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outroscustos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzidodos respectivos custos de venda estimados.

e) Impostos sobre o rendimento do período

Os rendimentos da Fundação EDP, no que se refere às atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários (promoção e apoio a iniciativas de natureza social, cultural, científica, tecnológica, educativa, ambiental, desportiva e de defesa do património), encontram-se inseridos no regime de isenção de IRC, ao abrigo do nº 1 do artigo 11.º do respetivo Código.

Pelo despacho nº 2456/2010 do Ministério das Finanças, de 27 de dezembro, foi reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à Fundação EDP, com a seguinte amplitude:

Categoria B - Rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais e industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E – Rendimentos de capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F – Rendimentos prediais;

Categoria G – Incrementos patrimoniais.

Esta isenção aplica-se a partir de 17 de dezembro de 2009, data em que foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 243, o despacho do Primeiro-Ministro de reconhecimento como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, confirmado pelo despacho n.º 2652/2013 de 4 de fevereiro, publicado no Diário da República, II Série n.º 35, de 19 de fevereiro. O estatuto de utilidade pública foi renovado por mais cinco anos a partir da publicação do Despacho n.º 2033/2019 do dia 13 de fevereiro de 2019, produzindo efeitos desde 19 de fevereiro de 2018.

f) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

g) Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

h) Outras variações nos fundos patrimoniais – Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis ao investimento foram concedidos pelo Fundador e pelas empresas nucleares de eletricidade do Grupo EDP com a finalidade de financiamento da construção do Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia da Fundação EDP.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

• A Instituição tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

• É provável que um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

• É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

j) Subsídios, doações e legados à exploração

As comparticipações financeiras atribuídas pelo Fundador e pelas empresas nucleares de eletricidade do Grupo EDP são destinadas a fazer face às despesas de atividade da Fundação. São registadas nesta rubrica no período a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

A Fundação EDP atribui benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos é assegurado por (i) um fundo de pensões fechado gerido por entidade externa, no que se refere às responsabilidades com prestações de reforma complementares ao Sistema de Segurança Social (nomeadamente reformas e reformas antecipadas), e (ii) por provisão específica complementar, reconhecido no Balanço. Os benefícios são, regra geral, apurados e atribuídos através da conjugação de um ou mais fatores, como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição base relevante (salário pensionável).

As responsabilidades da Fundação com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuarias resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuarias e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuarias, são reconhecidos em reservas.

O aumento dos custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes de empregado atingir a idade da reforma) ou alterações de plano são reconhecidos nos resultados quando incorrido.

A Fundação reconhece em resultados operacionais, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e os custos com serviços passados. O juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definido é reconhecido como resultado financeiro.

Os ativos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - NCRF 18 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

A Fundação EDP dispõe ainda de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de Segurança Social, do tipo contribuição definida, efetuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. Estas contribuições consistem numa percentagem na remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano e são contabilizadas como custos no período em que são devidas.

Outros benefícios concedidos

Planos de cuidados médicos

A Fundação EDP concede benefícios no âmbito dos quais os colaboradores e familiares diretos elegíveis beneficiam de condições favoráveis em serviços de assistência médica e cuidados de saúde, as quais se manifestam pela prestação de cuidados médicos complementares aos prestados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, os quais são assegurados através de infraestruturas detidas e geridas internamente.

Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios futuros.

O plano de cuidados médicos e de subsídio de morte é assegurado por (i) um fundo gerido por entidade externa constituído em dezembro de 2016 e (ii) por provisão específica complementar, reconhecida no Balanço da Fundação EDP.

O reconhecimento e a mensuração das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios

Outros benefícios

Adicionalmente, a Fundação EDP concede outros benefícios, suportando encargos decorrentes de responsabilidades com complementos de pensões por invalidez, de subsídio de morte, de sobrevivência, de seguro de vida, prémios de antiguidade e de passagem à reforma, desconto na tarifa de energia elétrica e de gás, entre outros.

O detalhe dos benefícios incluídos em cada Plano podem ser consultados no Acordo Colectivo de Trabalho da EDP, publicado no Boletim de Trabalho de 8 de outubro de 2014.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

As responsabilidades com donativos atribuídos são registados no período em que a Fundação EDP assume o compromisso irrevogável de atribuir o mesmo.

m) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Quando o desfecho de uma transação que envolve a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data de balanço possa ser fiavelmente estimada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

n) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados (quando tal acontece), e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

p) Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 20 de maio de 2022, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 35.

q) Reservas - Doações

As Reservas – Doações representam um conjunto de Obras de Arte e equipamentos, oferecidos por autores e entidades na sequência de exposições efetuadas e protocolos de parceria assinados.

As obras de arte e equipamentos doados estão valorizados ao justo valor atribuído pelo artista, pelo valor seguro ou pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

3.3 Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Fundação são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Instituição e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Instituição é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Instituição os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada o Balanço da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Imparidades de créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela Fundação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados. No entanto, face ao saldo de clientes e outros créditos a receber, quaisquer alterações nos pressupostos não teriam um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. No entanto, face ao reduzido valor das provisões registadas, as alterações a estes pressupostos não teriam um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Fundação EDP situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da instituição.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas das estimativas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1 A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos.

Não foram identificados quaisquer erros do período anterior.

4.2 A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável.

Não foram identificados quaisquer erros do período anterior.

4.3 As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Não aplicável.

5. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco de liquidez

Decorrente da sua atividade, a Fundação EDP encontra-se exposta ao risco de liquidez que pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, incluindo os donativos recebidos, e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais, de financiamento e investimentos.

As principais obrigações contratuais da Fundação expostas a este tipo de risco estão relacionadas com os donativos a conceder de acordo com os protocolos estabelecidos.

A Fundação EDP efetua a gestão do seu risco de liquidez através da obtenção de donativos concedidos e de subsídios atribuídos pelo Fundador (EDP, S.A.) e pelas empresas nucleares de geração de energia (E-Redes - Energia, S.A. e EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.), que permitem acesso imediato às necessidades de liquidez.

6. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A instituição classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de **Caixa e depósitos bancários** é constituída pelos seguintes saldos:

	Dez 2021	Dez 2020
Depósitos à ordem		
CGD - Caixa Geral de Depósitos	44.294	30.308
MILLENNIUM BCP	10.908.932	15.259.629
BBVA	9.214	9.492
	10.962.440	15.299.429

7. Ativos fixos tangíveis e Bens do Património Histórico e Cultural

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Quantia bruta		
Bens do património histórico e cultural		
Terrenos da Central Tejo	1.553.003	1.553.003
Edifício da Central Tejo	1.112.225	1.112.225
Outros ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	4.562.970	4.562.970
Edifícios e outras construções	57.831.765	54.038.981
Equipamento básico	204.960	204.960
Equipamento de transporte	230.810	199.605
Equipamento administrativo	2.667.196	2.613.848
Obras de arte	6.738.706	6.598.302
Outros ativos fixos tangíveis	242.491	242.491
Ativos fixos tangíveis em curso	1.105.210	428.174
	76.249.337	71.554.560
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciações do período	(1.679.112)	(1.481.065)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(9.753.169)	(8.272.104)
	(11.432.281)	(9.753.169)
Quantia escriturada	64.817.056	61.801.391

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2021, são analisados como se segue:

	Saldo em Jan 2021	Adições	Alienações Abates	Transferências Regularizações	Saldo em Dez 2021
Quantia bruta:					
Bens do património histórico e cultural					
Terrenos da Central Tejo	1.553.003	-	-	-	1.553.003
Edifício da Central Tejo	1.112.225	-	-	-	1.112.225
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	4.562.970	-	-	-	4.562.970
Edifícios e outras construções	54.038.981	-	-	3.792.784	57.831.765
Equipamento básico	204.960	-	-	-	204.960
Equipamento de transporte	199.605	47.157	(15.952)	-	230.810
Equipamento administrativo	2.613.848	49.305	-	4.043	2.667.196
Obras de arte	6.598.302	140.404	-	-	6.738.706
Outros ativos fixos tangíveis	242.491	-	-	-	242.491
Ativos fixos tangíveis em curso	428.174	4.473.863	-	(3.796.827)	1.105.210
	71.554.560	4.710.729	(15.952)	-	76.249.337
Depreciação acumulada e imparidade					
Edifício e terreno da Central Tejo	(177.957)	-	-	-	(177.957)
Terrenos e recursos naturais	(322.635)	(46.091)	-	-	(368.726)
Edifícios e outras construções	(7.349.126)	(1.291.789)	-	-	(8.640.915)
Equipamento básico	(104.767)	(19.392)	-	-	(124.159)
Equipamento de transporte	(113.215)	(35.971)	15.952	-	(133.234)
Equipamento administrativo	(1.393.418)	(301.114)	-	-	(1.694.532)
Outros ativos fixos tangíveis	(292.052)	(707)	-	-	(292.759)
	(9.753.169)	(1.695.064)	15.952	-	(11.432.281)
Quantia escriturada	61.801.391				64.817.056

A rubrica Bens do património histórico e cultural inclui os bens de domínio privado correspondente à Central Tejo que se encontram classificados como património histórico conforme respetivas cadernetas prediais, nomeadamente o terreno e o edifício da Central Tejo. Com a transição para o normativo NCRF-ESNL, a partir do exercício de 2012, estes ativos não são alvo de depreciação.

Em 28 de novembro de 2013, no âmbito da construção e subsequente exploração do Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, a Fundação EDP celebrou um contrato com o Município de Lisboa, mediante o qual destacou parte do seu património constitutivo e alienou duas parcelas de terreno à Câmara Municipal de Lisboa para integração no domínio público municipal, sendo que uma das parcelas de terreno a alienar estava classificada como bens do património histórico e cultural. Simultaneamente, celebrou um contrato de concessão de uso privativo do domínio público municipal, com o Município de Lisboa, por um período de 99 anos, com início na data de assinatura do referido contrato.

Pela venda dos terrenos e edifícios ao Município de Lisboa, a Fundação EDP recebeu 1.689.000 euros, tendo gerado uma mais valia no montante de 355.394 euros (nota 12), que está a ser diferida e reconhecida em resultados pelo prazo da concessão de uso privativo do domínio público municipal, ou seja 99 anos.

A concessão de uso privativo do domínio público municipal foi enquadrada contabilisticamente como uma locação financeira, tendo a Fundação EDP registado no seu ativo um terreno pelo montante de 4.562.970 euros. A sua amortização teve início em janeiro de 2014.

A desafetação e posterior venda da parcela pertencente ao património histórico da Fundação EDP foi previamente autorizada por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, em 22 de fevereiro de 2013.

O aumento na rubrica Edifícios e Outras Construções está, essencialmente, relacionado com a aquisição dos anexos A a G que constituem armazéns situados *no Business Park* em Sintra.

A rubrica equipamento administrativo registou um aumento de 49.305 euros derivado da aquisição de diversos equipamentos administrativos e tecnológicos, no montante de 9.053 euros, da compra de mobiliário no montante de 40.252 euros. As transferências de imobilizado dizem essencialmente respeito à construção da nova bilheteira no montante de 4.043 euros.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a rubrica Ativos fixos tangíveis em curso refere-se essencialmente aos trabalhos ainda em curso no Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia da Fundação EDP, assim como a aquisição dos armazéns em Sintra que passaram para imobilizado firme.

Em junho de 2019, a Fundação EDP celebrou com a Polar River, Lda, um contrato de cessão de exploração do espaço de cafetaria e de restauração já inicialmente previsto no licenciamento do MAAT e no contrato de concessão de uso privativo do domínio municipal celebrado com o Município de Lisboa, em 2013.

Este contrato tem uma duração de 9 anos após a data de início de vigência, isto é, após conclusão das obras de remodelação do espaço.

À data de 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o valor dos ativos fixos tangíveis enquadrados como contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

	Dez 2021			Dez 2020		
	Quantia bruta escriturada	Depreciação	Quantia líquida escriturada	Quantia bruta escriturada	Depreciação	Quantia líquida escriturada
Terrenos	4.562.970	(368.726)	4.194.244	4.562.970	(322.635)	4.240.335
	4.562.970	(368.726)	4.194.244	4.562.970	(322.635)	4.240.335

O montante total dos pagamentos mínimos futuros decorrentes dos contratos em vigor, apresenta-se como se segue:

a) Terrenos

Em 31 de dezembro de 2021, o capital em dívida ascendia 2.062.185 euros, que será liquidado em prestações anuais de 26.047 euros atualizadas anualmente pelo coeficiente de atualização das rendas habitacionais (nota 19).

	Pagamentos		
	< 1 ano	>1 ano e <5 anos	> 5 anos
Terrenos	26.047	104.188	1.931.950
	26.047	104.188	1.931.950

8. Inventários

A rubrica de **Inventários** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Inventários - mercadorias	128.917	-
	128.917	-

A rubrica Inventários diz respeito a todos os bens detidos a 31 de dezembro pela Fundação EDP em armazém/loja MAAT para venda ao público.

9. Imposto sobre o rendimento

As atividades da Fundação EDP no âmbito do apoio a iniciativas de natureza cultural, recreativa e desportiva beneficiam de isenção de IRC, ao abrigo do artigo 11.º do respetivo Código. Adicionalmente, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 54º do Código do IRC consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC os subsídios e os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à realização dos seus fins estatutários.

Pelo despacho nº 6960/2011, da Subdirectora-Geral dos Impostos (por Subdelegação), de 27 de dezembro de 2010, foi reconhecido à Fundação EDP a isenção de IRC prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, com efeitos a partir de 17 de dezembro de 2009, data em que foi publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 243, o Despacho do Primeiro-MInistro de reconhecimento da Fundação EDP como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei- Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, a Fundação EDP pediu a confirmação do estatuto de utilidade pública, tendo o mesmo sido confirmado pelo despacho n.º 2652/2013, de 4 de fevereiro, publicado no Diário da República, II série, n.º 35, de 19 de fevereiro. O estatuto de utilidade pública foi renovado por mais cinco anos a partir da publicação do Despacho n.º 2033/2019 do dia 13 de fevereiro de 2019, produzindo efeitos desde 19 de fevereiro de 2018.

10. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Quantia bruta escriturada:		
Clientes c/c		
Gerais (i):	2.573.527	2.579.509
	2.573.527	2.579.509

Imparidade acumulada:		
Constituição/Reversão de perdas por imparidade do período (nota 28)	(4.082)	1.551
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(2.440.977)	(2.442.528)
	(2.445.059)	(2.440.977)
Quantia líquida escriturada:	128.468	138.532

(i) O montante respeita, na sua maioria, à participação da Fundação EDP no projeto de Acesso à Energia na Aldeia de Cabiri, em Angola, numa parceria com a EIH – Energia Inovação Holding, S.A., empresa de capital e sede em Angola. Esta dívida encontra-se totalmente provisionada, tendo em conta o risco de cobrança da mesma, mantendo-se, no entanto, procedimentos para tentar regularizar a dívida vencida.

Do valor líquido a receber de clientes, o montante de 36.900 euros respeita a patrocínios celebrados entre a Fundação EDP e a entidades MSFT- Software para Microcomputadores, SA, e 73.835 euros respeita a valores a receber pela concessão dos espaços de restaurante e cafetaria do MAAT.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

	Saldo em Jan 2021	Aumentos	Reversões	Saldo em Dez 2021
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	2.440.977	4.082	-	2.445.059
	2.440.977	4.082	-	2.445.059

O montante registado na rúbrica perdas por imparidade diz respeito essencialmente aos créditos a receber no âmbito do projeto de Acesso à Energia na Aldeia de Cabiri, em Angola. O movimento registado no exercício de 2021, prende-se com a atualização cambial do montante em dívida.

11. Estado e outros entes públicos

A rubrica de **Estado e outros entes públicos** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Estado e outros entes públicos - Ativo		
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	24.417	-
	24.417	-

	Dez 2021	Dez 2020
Estado e outros entes públicos - Passivo		
- Retenções imposto sobre o rendimento	44.932	41.511
- Contribuições para a Segurança Social	36.878	53.134
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		22.404
	81.810	117.049

12. Outros créditos a receber

A rubrica de **Outros créditos a receber** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Outros créditos a receber - corrente		
Quantia bruta escriturada:		
Dívidas referentes a pessoal	7.684	11.926
Dívidas Grupo (nota 34)	6.906	1.600
Outros (i)	18.112	2.963
Quantia líquida escriturada:	32.702	16.489
Acréscimos - Ativo		
Outros (ii)	27.448	40.800
	27.448	40.800
	60.150	57.289

(i) Este montante diz, essencialmente, respeito aos montantes relativos à bilheteira do MAAT e Central Tejo do mês de dezembro ainda não conferidos pela Tesouraria;

(ii) Este montante diz respeito ao acerto de faturação do ano 2021, da DGU departamento pertencente à EDP, S.A.. Em 2020, esta rubrica incluia 34.680 euros e 6.120 euros referentes a um donativo e patrocínio, respetivamente, acordado com a empresa A.T. Kearney.

13. Diferimentos

A rubrica de **Diferimentos** e **Acréscimos** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	13.172	13.273
Outros	1.216	-
	14.388	13.273
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer (i)	786.669	811.489
	786.669	811.489

(i) O montante registado na rubrica Outros rendimentos a reconhecer, apresenta o seguinte detalhe:

- mais valia resultante da alienação em 2013 dos terrenos para a construção do Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia ao Município de Lisboa, no montante de 324.880 euros (2020: 330.265 euros);

- compensação recebida da E-Redes pela exploração do direito de gozo e fruição da parcela de terreno onde se encontra implantada a subestação elétrica Central Tejo e as redes elétricas de distribuição afetas à Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade em Média e Alta Tensão (RND), no montante de 463.532 euros (2020: 481.224 euros). Estes montantes serão reconhecidos em resultados de acordo com a vida útil (nota 7).

14. Fundos

A Fundação EDP foi constituída pelo seu Fundador, a EDP – Energias de Portugal, S.A. com um Fundo Patrimonial inicial de 22.351.847 euros, composto por uma dotação em espécie no montante de 17.351.847 euros e por uma dotação financeira de 5.000.000 euros. O valor da dotação inicial encontra-se totalmente realizado à data de Balanço.

De acordo com os estatutos da instituição, o património da Fundação é constituído essencialmente por bens doados ou concedidos pelo Fundador ou por terceiros.

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Fundo - Dotação Inicial	22.351.847	22.351.847
	22.351.847	22.351.847

15. Reservas

A rubrica de Reservas é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Reservas Livres	6.831.011	6.732.611
Reservas - Doações	1.101.647	1.100.147
	7.932.658	7.832.758

A rubrica de reservas livres representa o montante do investimento efetuado pela Fundação EDP em obras de arte em cada exercício e na constituição de reservas para para realização de obras de preservação no edifício da Central Tejo, realização de obras para a infraestrutura do restaurante e finalização do jardim do MAAT e para implementação de infraestruturas complementares do Campus da Fundação EDP.

A rubrica Reservas – Doações incluída nos fundos patrimoniais da Fundação representa o conjunto das Obras de Arte oferecidas pelos autores na sequência de exposições efetuadas no MAAT e doações recebidas no âmbito do acordo de parceria com a Samsung. Em 2021, registamos apenas uma doação de uma obra de arte cedida pelo autor Manoel Oliveira, no montante de 1.500 euros.

A partir de 1 janeiro de 2012 as obras de arte doadas estão valorizadas ao justo valor atribuído pelo artista, pelo valor atribuído para efeitos de seguro ou pelo valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

É intenção da Fundação EDP manter estas obras no seu espólio, em exposição, e não alienã-las a terceiros.

O aumento da rubrica Reservas Livres respeita à aplicação de resultados de 2020, no montante de 98.400 euros referente às obras de arte adquiridas em 2020, conforme acta n.º 7 do Conselho de Administração, de 29 de abril de 2021.

O movimento na rubrica Reservas durante o ano de 2021 é analisado como segue:

	Saldo em Jan 2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em Dez 2021
Reservas Livres	6.732.611	98.400	-	6.831.011
Reservas - Doações	1.100.147	1.500	-	1.101.647
	7.832.758	99.900	-	7.932.658

16. Resultados transitados

A rubrica de Resultados transitados é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Resultados transitados	2.097.937	1.443.327
	2.097.937	1.443.327

A variação dos resultados transitados resulta da incorporação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de 753.010 euros, líquido da aplicação para reservas livres no montante de 98.400 euros (nota 15).

17. Outras variações nos fundos patrimoniais - subsídio ao investimento

A rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais – subsídio ao investimento é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Subsídios ao investimento		
Fundador (EDP S.A.)	21.563.282	21.563.282
EDP Produção S.A.	8.799.791	8.799.791
E-Redes, S.A.	8.690.216	8.690.216
	39.053.289	39.053.289

Compensação de amortizações		
Amortização do subsídio ao investimento (nota 32)	(4.377.268)	(3.446.620)
Outras regularizações	(114.891)	(107.841)
	34.561.130	35.498.828

Em 2019, e na sequência da adenda final assinada entre a Fundação EDP, a EDP S.A., a EDP Produção e a E-Redes, ficou definido um valor final de subsídio ao investimento de 39.053.289 euros.

A rubrica Compensação de amortizações refere-se à amortização do subsídio concedido à Fundação EDP para a construção do MAAT, pelas empresas EDP S.A., EDP Produção S.A. e E-Redes S.A., nos termos da política contabilística aplicável.

18. Provisões

A rubrica de Provisões é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Provisões	20.351	21.157
	20.351	21.157

19. Benefícios aos Empregados

A rubrica de Responsabilidades por benefícios pós-emprego é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	56.000	47.000
	56.000	47.000

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Não corrente	56.000	47.000
	56.000	47.000

O movimento registado na empresa para a Provisão para responsabilidades com benefícios aos empregados é analisado como segue:

	Cuidados Médicos e Outros Benefícios	
	Dez 2021	Dez 2020
Saldo no início do período	47.000	46.000
Dotação do período	6.000	6.000
Transferências entre empresas do Grupo	3.197	(5.041)
(Ganhos) / Perdas atuariais	(197)	41
Saldo no fim do período	56.000	47.000

A decomposição dos **Ganhos e perdas atuariais - Pensões** é analisada como segue:

	Cuidados Médicos e Outros Benefícios	
	Dez 2021	Dez 2020
Ganhos e perdas atuariais - Pensões		
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de:		
- ajustamentos de experiência	3.000	41
Transferências de ganhos e perdas atuariais	197	-
	3.197	41

Os componentes do custo líquido reconhecido no período com estes planos são os seguintes:

	Cuidados Médicos e Outros Benefícios	
	Dez 2021	Dez 2020
Custo do período		
Custo dos serviços correntes	6.000	6.000
Componente operacional (nota 24)	**6.000**	**6.000**
Custo líquido do período	**6.000**	**6.000**

A duração média ponderada das responsabilidades com benefícios definidos é de 10 anos.

Pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas aos benefícios com pensões, cuidados médicos e outros

Os pressupostos utilizados pela empresa no apuramento das responsabilidades associadas aos planos de benefício definido a empregados foram actualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2021 e 2020:

	Dez 2021	Dez 2020
Pressupostos		
Taxa de desconto	0,70% - 0,90%	0,70% - 0,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,30% (b)	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,00% (c)	1,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,70%	1,50%
Taxa de inflação	1,70%	1,50%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	1,70%	1,50%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	282 €/ano (d)	289 €/ano (e)
Tábua de mortalidade	TV99/0 (toda a população)	Nasc.< 1950 -- TV99/01 (+1) // Nasc.>= 1950 -- TV99/01
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada (a)	35,00%	45,00%

(a) Colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 37 anos de serviço com pelo menos 61 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade.
(b) 2,30% para 2022 e 1,95% nos restantes anos.
(c) 1,00% para 2022 e 1,70% nos restantes anos.
(d) Aumento de 0,34% para 2023 e crescimento com a inflação após esse período.
(e) Redução de 2,4% para 2022, redução de 0,4% para 2023 e um aumento após essa data.

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões foram seleccionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações "corporate" de alta qualidade. Foram seleccionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

Composição da carteira dos fundos

A composição verificada na carteira dos fundos para pensões, cuidados médicos e subsídio de morte em Portugal é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Liquidez %	Obrigações %	Acções %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2021	1,19%	36,76%	41,41%	15,18%	5,46%	100,00%
31 de Dezembro de 2020	-1,17%	41,55%	36,32%	15,77%	7,53%	100,00%

A taxa de retorno real dos activos do fundo de pensões em 2021 foi positiva em 9,40% (2020: positiva em 2,12%).

Em 2021 e 2020 não foram efectuadas contibuições para o Fundo de Pensões.

Planos de benefícios aos empregados

A Fundação EDP atribui aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A Fundação EDP enquanto signatária do Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo EDP, dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelo Sistema de Previdência Social aos colaboradores da empresa, do tipo Contribuição Definida, efetuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

II. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

A Fundação EDP dispõe de um Plano de Cuidados Médicos e Subsídio de Morte do tipo benefício definido, parcialmente suportado através de um fundo de pensões fechado e complementado por provisão específica. Relativamente aos restantes planos do tipo de benefício definido, as responsabilidades encontram-se totalmente suportadas através de uma provisão contabilística. Adicionalmente, a Fundação EDP concede outros benefícios, suportando encargos decorrentes de responsabilidades com complementos de pensões por invalidez, de sobrevivência, de seguro de vida, prémios de antiguidade e de passagem à reforma, desconto na tarifa de energia elétrica e de gás, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	2021	2020
Número de participantes		
Pessoal no activo	34	31
	34	31

As responsabilidades da empresa com cuidados médicos e outros benefícios e respetivas coberturas são analisadas como se segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Provisão para Cuidados Médicos e outros Benefícios		
Responsabilidades no fim do período	56.000	47.000
Valor da provisão no fim do período	56.000	47.000

A evolução do valor presente das obrigações para cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2019
Provisão para Cuidados Médicos e outros Benefícios			
Responsabilidades no fim do período	56.000	47.000	46.000
	56.000	47.000	46.000

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos atuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos e outros benefícios da Fundação EDP são apresentados como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	3.000	41

A evolução das responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	47.000	46.000
Custo dos serviços correntes	6.000	6.000
(Ganhos) / Perdas atuariais	(197)	41
Transferência entre empresas do Grupo	3.197	(5.041)
Responsabilidades no fim do período	56.000	47.000

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas da Fundação EDP através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

20. Outras dívidas a pagar

A rubrica de Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Outras dívidas a pagar - Não corrente		
Credores - Valores a pagar - Locação financeira terreno (i)	2.036.138	2.062.185
	2.036.138	2.062.185
Outras dívidas a pagar - Corrente		
Credores - Valores a pagar - Locação financeira terreno (i)	26.047	26.047
Credores por acréscimo de gastos (ii)	1.758.185	2.138.517
Férias, subsídio de férias e outros encargos com colaboradores (iii)	660.696	664.328
Credores por fornecimento de outros bens e serviços (iv)	30.706	5.041
Outros credores (v)	11.696	11.785
	2.487.330	2.845.718

(i) Esta rubrica corresponde integralmente às rendas vincendas relativas à concessão de uso privativo do domínio público municipal (nota 7);

(ii) A rubrica Credores por acréscimos de gastos inclui a especialização de donativos atribuídos pela Fundação EDP no montante de 1.562.672 euros (2020: 2.048.318 euros) e a especialização de serviços prestados por terceiros ainda não faturados no montante de 195.513 euros (2020: 90.199 euros);

(iii) A rubrica Férias, Subsídios de férias e outros encargos com colaboradores inclui a especialização das responsabilidades com férias e subsídios de férias, no montante de 381.022 euros (2020: 351.052 euros) e a especialização das remunerações variáveis relativas a 2021 a pagar em 2022, no montante de 279.714 euros (2020: 313.899 euros);

(iv) Esta rubrica refere-se aos montantes a pagar às empresas do Grupo EDP, relativo à transferência das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios aos empregados transferidos da Fundação EDP:

EDP Produção, S.A.	20.306	euros
E-Redes, S.A.	7.362	euros
EDP Global Solutions, S.A.	3.037	euros

(v) Esta rubrica refere-se ao montante a pagar à EDP Comercial, relativamente aos valores de desconto tarifa de 2021 e 2020 no montante de 11.038 euros (2020: 9.072 euros).

21. Fornecedores

A rubrica de **Fornecedores** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Fornecedores corrente		
Gerais (i)	774.606	1.648.405
Outras partes relacionadas (ii)	1.277.887	1.337.216
Faturas em receção e conferência (iii)	157.043	539.925
	2.209.536	3.525.546

(i) A rubrica Fornecedores conta corrente - Gerais inclui o montante de 140.000 euros referentes a donativos no âmbito do Programa EDP Solidária Saúde 2019 e Fundação Serralves, 74.426 euros respeitantes ao serviço de segurança prestado pela empresa 2045 - Empresa de Segurança, S.A. e por fim, 66.314 euros referentes a serviços gráficos e de impressão prestados pela Gráfica Maiadouro, S.A.;

(ii) A rubrica Fornecedores corrente – Outras partes relacionadas inclui, entre outros, 61.005 euros (2020: 48.901 euros) referentes aos serviços prestados pela EDP Global Solutions, 205.228 euros (2020: 197.674 euros) relativos aos serviços prestados pela EDP, S.A. e 34.343 euros (2020: 30.146 euros) referentes ao fornecimento de energia adquirida à EDP Comercial, SA. e 986.735 euros (2020: 986.735 euros) relativos ao fornecimento de materiais e serviços prestados em 2012 pela EDP Serviços, S.A., fusionada em 2014 na EDP Comercial, no âmbito do projeto Aldeia Solar de Cabiri;

(iii) A rubrica Fornecedores - Faturas em receção e conferência inclui essencialmente 145.979 euros (2020: 535.357 euros) relativos a donativos concedidos, que serão pagos durante o período de 2022.

22. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

	Dez 2021	Dez 2020
Serviços prestados		
Receitas de bilheteira e loja (i)	545.374	204.230
	545.374	204.230

(i) A rubrica de receitas de bilheteira e loja regista a receita de bilheteira, quer de entradas no MAAT quer vendas de outros bens, no montante de 543.135 euros. O aumento verificado resulta da abertura dos edifícios da Central Tejo e do MAAT que no ano anterior se mantiveram fechados durante parte do ano devido, numa primeira fase, à realização de obras de manutenção no MAAT e, posteriormente, à situação de saúde pública vivida em consequência da pandemia de COVID-19.

23. Subsídios, doações e legados à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

	Dez 2021	Dez 2020
Subsídios do fundador		
EDP - Energias de Portugal, S.A.	6.200.000	6.200.000
Subsídios de outras entidades		
EDP Gestão da Produção de Energia, S.A.	2.435.718	3.510.000
E-Redes - Energia, S.A.	4.064.282	2.990.000
	12.700.000	12.700.000

24. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A rubrica de **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	50.088	
	50.088	-

A Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas diz respeito ao custo de venda de todas as mercadorias transacionadas através da loja do MAAT.

25. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Fornecimentos e serviços :		
Promoção e divulgação de eventos (i)	1.930.147	2.625.713
Trabalhos especializados (ii)	1.324.417	1.083.840
Honorários (iii)	898.656	770.255
Manutenção, conservação e reparação de instalações	924.604	1.159.610
Limpeza, vigilância e jardinagem	1.424.124	1.336.749
Rendas e alugueres	82.454	17.578
Outros serviços (iv)	892.982	811.926
	7.477.384	7.805.671

Os Fornecimentos e serviços externos respeitam a custos com a produção de exposições, publicações, eventos de promoção e divulgação, manutenção e funcionamento do Museu e custos associados à atividade mecenática.

(i) A rubrica Promoção e divulgação de eventos que ascende em 31 de dezembro de 2021 ao montante de 1.930.147 euros (2020: 2.625.713 euros), respeita a custos incorridos com a realização de variadas ações, destacando-se as seguintes:

Exposição DIA de Carsten Höller
Exposição X não É Um País Pequeno
Exposição AQUARIA - Ou a Ilusão de Um Mar Fechado

Revista Electra
Exposição Plastic: Utopia and Reality of a Magical Material - Vitra Design Museum
Exposição da Coleção da Arte Portuguesa da Fundação EDP: Ensaio para uma comunidade
Exposição Earth Bits - Sentir o Planeta
Programa EDP Solidária - Computadores nas Escolas
Contagion - Vulnerable Beings
Exposição Sanatorium de Pedro Reyes
5.º Aniversário MAAT
Exposição da Coleção de Património Energético da Fundação EDP: Contadores de Histórias
Border-line(s) (Didier Faustino)
BoCA - RExFORM
Grande Prémio FEDP Arte
Jornal da Fundação EDP

(ii) A rubrica de Trabalhos especializados inclui os serviços de contabilidade, fiscalidade, tesouraria, gestão de terceiros, desenvolvimento de recursos humanos, gestão administrativa e de frota (EDP Global Solutions), no montante de 310.046 euros (2020: 324.937 euros) e os serviços de gestão de licenças, serviços jurídicos e sistemas informáticos (EDP SA), no montante de 353.263 euros (2020: 224.562 euros) (nota 34);

(iii) A Fundação EDP de modo a fazer face às suas crescentes atividades recorre, quando necessário, ao serviço de consultores para tarefas específicas, bem como a serviços de júris e comissários dos prémios e exposições no âmbito da atividade desenvolvida no contexto das Artes Plásticas, bem como na área do centro de estudos e documentação do MAAT. Os custos incorridos no exercício estão registados na rubrica de Honorários;

(iv) A rubrica Outros serviços inclui, entre outros, o montante de 100.587 euros de despesas de deslocações e estadias (2020: 49.817 euros), 42.069 euros referentes a prémios de seguros (2020: 30.081 euros), 18.736 euros de despesas de formação (2020: 27.349 euros), 22.432 euros relativos a despesas de comunicação (2020: 43.388 euros), 314.006 euros relativos a despesas com eletricidade (2020: 314.824 euros), 20.245 euros relativos a despesas com serviços catering (2020: 31.739 euros), 236.965 euros relativos a transportes de mercadorias (2020: 99.384 euros), 18.501 euros relativos a despesas de representação (2020: 29.862 euros), 7.240 euros relativos a material de escritório (2020: 27.256 euros) e 112.201 euros referentes a outros serviços (2020: 107.337 euros).

26. Gastos com o pessoal e responsabilidades por benefícios pós-emprego

A rubrica de **Gastos com o pessoal** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Gastos com o pessoal:		
Remuneração dos órgãos sociais	24.500	24.500
Remuneração do pessoal	1.708.474	1.684.469
Encargos sobre remunerações	376.920	378.227
Prémios	264.193	325.092
Outros custos	22.185	54.941
	2.396.272	2.467.229
Responsabilidades por benefícios pós-emprego:		
Custos com planos de pensões	45.189	37.954
Custos com planos médicos e outros benefícios	9.197	6.057
Outros	150.625	158.753
	205.011	202.764
	2.601.283	2.669.993

Em 2021, os custos com planos de pensões incluem 45.189 euros (2020: 37.954 euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com planos médicos e outros benefícios, no montante de 9.197 euros (2020: 6.057 euros) respeitam à dotação do período, líquido de reduções do período.

O número médio de pessoas ao serviço da instituição durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Número médio de pessoas ao serviço	38	37

No final do período findo em 31 de dezembro de 2021, a Fundação EDP reconheceu em Credores por acréscimos de gastos o montante de 381.022 euros (2020: 351.052 euros) referente a encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, cujo pagamento só é devido no período seguinte (nota 20).

Relativamente ao Conselho de Administração

Em cumprimento com disposto no n.º 2 do art. 11.º dos Estatutos da Fundação EDP, em 24 de Fevereiro de 2017 foi nomeado, pelo Conselho de Administração Executivo (CAE) da EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP), após consulta do Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da EDP, o Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia como Presidente do Conselho de Administração da Fundação EDP e Dr. Rui Miguel Coutinho Baptista para o cargo de diretor geral da Fundação EDP, ambos para o triénio 2017-2019.

Em 2 de março de 2017, foram nomeados, pelo CGS, os membros do Conselho de Curadores, a saber Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia, Dr. Vasco Rocha Vieira, Dr. Dingming Zhang, Dr. Miguel Stilwell de Andrade e Dr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas (todos não remunerados). Ainda na mesma reunião foi deliberado por unanimidade, pelo CGS, a nomeação do Dr. Vasco Rocha Vieira para o cargo de Presidente do Conselho de Curadores.

Em 3 de maio de 2017, foram deliberados os cargos de Vogais do Conselho Administração e dos membros do Conselho Fiscal. O Conselho Administração é composto por Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia, Dr. Nuno Maria Pestana de Almeida Alves, Dr. Rui Miguel Coutinho Baptista, Dr. José Manuel Pereira dos Santos e Dr. Paulo Alexandre Pires Campos Costa para o mandato em curso (triénio 2017-2019) (todos não remunerados). O Conselho Fiscal é constituído por Dr. Vítor Fernandes da Conceição Gonçalves, Dr. Miguel Tiago Perestrelo da Câmara Ribeiro Ferreira e Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho em representação da KPMG & Associados - SROC, S.A..

No dia 14 de maio de 2018, foi deliberado a renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração da Fundação EDP por parte de Dr. Nuno Maria Pestana de Almeida Alves. Face à renúncia apresentada, na mesma data, o Conselho de Curadores deliberou proceder à sua substituição, elegendo para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Fundação EDP, para completar o mandato em curso 2017/2019, a Dra. Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro.

No dia 1 de julho de 2020, foi deliberado a nomeação do Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia, como Presidente do Conselho de Administração para o triénio de 2020/2022, bem como a nomeação da Dra. Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro, do Dr. Rui Miguel Coutinho Baptista, do Dr. José Manuel Pereira dos Santos e do Dr. Paulo Alexandre Pires de Campos Costa como vogais deste órgão.

Na mesma data, foi eleito por unanimidade o Conselho Fiscal constituído por Dr. Vítor Fernandes da Conceição Gonçalves, Dr. Miguel Tiago Perestrelo da Câmara Ribeiro Ferreira e Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho em representação da KPMG & Associados - SROC, S.A..

No dia 19 de janeiro de 2021, foi deliberado a cessação de funções do Dr. Paulo Alexandre Pires de Campos Costa como vogal do Conselho de Administração. No dia 8 de março de 2021, o Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia cessou funções como Presidente do Conselho de Administração da Fundação EDP, sendo que no dia 09 de março de 2021 foi deliberado a nomeação da Dra. Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro como Presidente do Conselhoe de Administração para o triénio 2020/2022 a decorrer.

Relativamente ao Conselho Diretivo

Na reunião do Conselho de Administração Executivo (CAE) da EDP, SA., no dia 12 de maio de 2020 foi deliberada a nomeação do Dr. Rui Miguel Coutinho Baptista para cargo de Director Geral da FEDP para o triénio 2020/2022;

No dia 28 de agosto de 2020, foram eleitos os novos Vogais do Conselho Diretivo da Fundação EDP para o mandato 2020/2022 - tendo sido nomeados José Manuel Pereira dos Santos, Catarina Copestake Cortez Pinto Seixas, Eduardo Rosa Silva e Patrick Micael Gois.

Apenas o presidente do Conselho Fiscal tem cargo remunerado, tendo auferido o valor de 24.500 euros durante o ano 2021 (2020: 24.500) (nota 34).

27. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

A rubrica de Imparidade de dívidas a receber é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Reversões		
Clientes gerais	(4.082)	(1.551)
	(4.082)	(1.551)

28. Provisões

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Dotação de provisão (nota 18)	-	22
Reversão de provisão (nota 18)	(806)	-
	(806)	22

29. Outros rendimentos

A rubrica de **Outros rendimentos** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Outros rendimentos		
Receitas de cedência de espaço	63.577	66.780
Patrocínios atribuídos (i)	190.750	136.120
Indemnizações (ii)	-	56.903
Donativos atribuídos (iii)	104.250	138.784
Outros rendimentos (iv)	115.411	67.626
	473.988	466.213

(i) Em 2021, as empresas MSFT, S.A., A.T. Kearney, INETUM, Volvo Car, Novo Verde e ERP Portugal, atribuíram patrocínios no montante total de 190.750 euros (2020: 136.120 euros);

(ii) No ano 2021, a Empresa não recebeu qualquer montante relativo a indemnizações, sendo que em 2020 esta rubrica incluía indemnizações no montante de 56.903 euros das seguradoras Fidelidade e FM Insurance respeitantes a sinistros ocorridos no ano de 2020 no MAAT;

(iii) Esta rubrica inclui 104.250 euros (2020: 138.784 euros) referentes a donativos atribuídos por A.T. Kearney e INETUM;

(iv) Esta rubrica inclui 82.195 euros referentes à concessão da cafetaria/restaurante do MAAT à Polar River, 7.785 euros referentes à alienação de viaturas próprias, 3.590 euros (2020: 3.590 euros) referentes a amortização da mais valia diferida dos terrenos alienados em 2013 ao Município de Lisboa para a construção Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia; 21.230 euros (2020: 21.230 euros) referente a amortização do proveito diferido relativo à exploração da Subestação elétrica Central Tejo e redes elétricas, diferidas em 2014 por um período de 30 anos.

30. Outros gastos

A rubrica de **Outros gastos** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Outros gastos		
Impostos (i)	42.099	26.349
Outros (ii)	27.629	44.943
	69.728	71.292

(i) A rubrica Impostos inclui 31.333 euros de taxas e licenças (2020: 10.997 euros), sendo o restante valor relativo imposto de selo e imposto único de circulação;

(ii) A rubrica Outros regista a 31 de dezembro de 2021, entre outros, 23.815 euros (2020: 38.183 euros) de serviços bancários e 3.158 euros (2020: 4.688 euros) referentes a quotizações.

31. Subsídios, Donativos e Bolsas

A Fundação EDP no cumprimento do seu plano de mecenato a nível social e cultural concedeu donativos, em 2021, no montante de 1.251.282 euros (2020: 1.396.735 euros).

Os donativos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

PROJETO	ENTIDADE	2021
INVESTIMENTO SOCIAL		**991.340**
Programa EDP Solidária – Computadores nas Escolas	Diversas Entidades	826.668
Projecto Fund'Arte – Aldeias Criativas	Produções Fixe	4.000
Bairro Solar Solidário	Diversas Entidades	109.635
EDP Solidária Sines	EDP Produção	51.037
CULTURA		**391.350**
Programação Companhia Nacional de Bailado	Companhia Nacional de Bailado/OPART	50.000
Ciclo de Piano Fundação EDP	Fundação Casa da Música	50.000
Exposição do João Maria Gusmão e do Pedro Paiva	Fundação de Serralves	50.000
Programação Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva	Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva	42.000
Atividades Orquestra Sinfónica Juvenil	Círculo Musical Português	24.500
Trienal de Arquitetura de Lisboa	Associação Trienal de Arquitetura de Lisboa	50.000
Inventariação e Catalogação do Espólio do Prof. Eduardo Lourenço	Centro Nacional de Cultura	17.500
Bolsas de Estudo Fundação EDP – Orquestra Sinfónica Juvenil	Círculo Musical Português	17.500
Coro EDP	Coro EDP	2.250
Clube Unesco de Educação Artística	ASPREA – Associação Pró–Educação Artística	5.600
Prémio Fundação Mário Soares e Maria Barroso – Fundação EDP	Fundação Mário Soares e Maria Barroso	7.000
Programa The Lisbon Consortium	Universidade Católica Portuguesa	5.000
Bienal de Veneza	Direcção Geral das Artes	70.000
MUSEU/PROGRAMAÇÃO		**135.440**
PEMAAT – Programa de Estágios do MAAT – 29.ª e 30.ª Edições	Fundação da Juventude	130.440
Fuso – Anual de Vídeo Arte Internacional de Lisboa	Horta Seca – Associação Cultural	5.000
CAMPUS		**12.500**
Inventário Gráfico Barragens Portuguesa	CEU - Cooperativa de Ensino Universitário	12.500
COMUNICAÇÃO & MARKETING		**3.690**
Programa Fala com Ela	Inês Meneses	3.690
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS		**60.000**
Drawing Room Lisboa	Exhibit Art Management	10.000
Grande Prémio FEDP Arte	Luísa Cunha Diniz Ferreira	50.000
ANULAÇÃO DE DONATIVOS DE PROJETOS DE ANOS ANTERIORES		**-343.038**
TOTAL		**1.251.282**

O número de beneficiários das diversas ações realizadas pela Fundação EDP encontra-se mencionado no relatório de gestão.

A rubrica Anulação de donativos de projetos de anos anteriores comporta valores referentes a anulações de especializações de projetos apenas faturados em 2021 no montante de 23.038 euros, 320.000 euros referentes a projetos não realizados com a *Communication University of China* e Direção Geral das Artes.

32. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Gastos		
Activos fixos tangíveis (nota 7)	1.695.064	1.619.930
	1.695.064	1.619.930
Compensação de amortizações		
Amortização de subsídio ao investimento (i)	(937.698)	(944.711)
	757.366	675.219

(i) Em 2021, a rubrica Compensação de amortizações refere-se à amortização do subsídio concedido à Fundação EDP para a construção do MAAT, pelas empresas EDP S.A., EDP Produção S.A. e E-Redes S.A. (nota 17).

33. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de **Juros e gastos similares suportados** é analisada como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Juros suportados (i)	2.689	52
	2.689	52

(i) A rubrica Juros suportados regista a 31 de dezembro de 2021, os juros de mora no montante de 1.559 euros e outros juros no montante de 1.130 euros pagos à IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

34. Divulgação das partes relacionadas

A remuneração a órgãos sociais no período resume-se como segue:

	Dez 2021	Dez 2020
Conselho Fiscal	24.500	24.500
ROC	11.500	11.500
	36.000	36.000

As transações entre partes relacionadas no ano 2021 apresentam-se como segue:

	Gastos	Rendimentos	
Fundador	**Gastos**	**Vendas e serviços prestados**	**Subsídios à exploração**
EDP Energias de Portugal, S.A.	506.905	7.151	6.200.000
Outras partes relacionadas			
EDP Produção, S.A.	16.509	4.289	2.435.718
E-Redes S.A.	5.986	3.590	4.064.282
SU Eletricidade, S.A.	6.271	-	-
EDP Comercial, S.A.	273.620	-	-
EDP Real State, S.A.	134.950	-	-
Labelec, S.A.	1.722	-	-
Sávida, S.A.	7.088	-	-
EDP Global Solutions, S.A.	332.163	(271)	-
	1.285.214	14.759	12.700.000

As transações entre partes relacionadas no ano 2020 apresentam-se como segue:

	Gastos	Rendimentos	
Fundador	**Gastos**	**Vendas e serviços prestados**	**Subsídios à exploração**
EDP Energias de Portugal, S.A.	304.433	6.520	6.200.000
Outras partes relacionadas			
EDP Produção, S.A.	-	448	3.510.000
E-Redes S.A.	-	1.440	2.990.000
EDP Comercial, S.A.	267.727	3.493	-
EDP Real State, S.A.	165.463	-	-
Labelec, S.A.	(2.449)	-	-
Sávida, S.A.	7.805	-	-
EDP Global Solutions, S.A.	350.256	-	-
	1.093.235	11.901	12.700.000

Os saldos com partes relacionadas no ano 2021 apresentam-se como segue:

	Ativos		Passivos	
Fundador	**Clientes**	**Outros créditos a receber**	**Fornecedores**	**Outras dívidas a pagar**
EDP Energias de Portugal, S.A.	5.659	209.341	205.228	16.134
Outras partes relacionadas				
EDP Produção, S.A.	-	1	29.166	-
E-Redes S.A.	3.137	2.840	13.871	-
EDP Comercial, S.A.	-	-	1.021.078	9.986
EDP Real State, S.A.	-	45.386	-	-
Labelec, S.A.	-	2.491	2.491	-
Sávida, S.A.	-	-	385	-
EDP Global Solutions, S.A.	-	4.065	61.005	7.543
	8.796	264.124	1.333.224	33.663

Os saldos com partes relacionadas no ano 2020 apresentam-se como segue:

	Ativos		Passivos	
Fundador	**Clientes**	**Outros créditos a receber**	**Fornecedores**	**Outras dívidas a pagar**
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	-	197.674	6.728
Outras partes relacionadas				
EDP Produção, S.A.	-	-	21.693	2.476
E-Redes S.A.	-	-	11.117	-
SU Electricidade, S.A.	-	1.600	-	-
EDP Comercial, S.A.	-	-	1.016.881	9.072
EDP Real State, S.A.	-	-	37.990	1.039
Labelec, S.A.	-	-	2.245	-
Sávida, S.A.	-	-	715	1.140
EDP Global Solutions, S.A.	-	-	48.901	18.223
	-	1.600	1.337.216	38.678

35. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda é graduada como possível não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

36. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Fundação EDP perante os seus fornecedores no âmbito da construção do Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia ascendem ao montante de 258.487 euros. Estes compromissos encontram-se cobertos na sua totalidade pelo protocolo mecenático assinado entre a Fundação EDP, o seu fundador e as empresas nucleares do Grupo no qual estas assumem a totalidade dos custos da obra. A Fundação apresenta também compromissos no âmbito da aquisição de imobiliário no montante de 1.942 e 20.235 euros referentes a obras de preservação da Central Tejo, à data de 31 de dezembro de 2021.

37. Acontecimentos relevantes e/ou após a data de balanço

A evolução da situação geopolítica na Ucrânia, nomeadamente por via das ações militares levadas a cabo pela Rússia e a resposta de vários países, especificamente Europeus e dos Estados Unidos, no que respeita às sanções económicas implementadas, poderão afetar os mercados globais e a evolução económica em geral. Embora a Empresa não tenha exposição direta a entidades russas, o conflito poderá originar repercussões na economia a nível nacional e mundial que, à presente data, não são possíveis de estimar com fiabilidade. Face à atividade da empresa, não são esperados impactos operacionais relevantes. Não obstante, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar e a monitorizar o desenrolar da atual situação de forma a poder tomar medidas mitigatórias caso se revele necessário.

A Fundação EDP e a Fundação de Serralves assinaram em Novembro de 2021 um memorando de entendimento com o objetivo de estabelecerem uma parceria de longo prazo para o Campus Cultural da Fundação EDP em Lisboa, incluindo o Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT) e a Central Tejo. A parceria prevê a gestão e programação, por parte de Serralves, do Campus Cultural da Fundação EDP em Lisboa, juntando o MAAT e a Central Tejo ao Museu de Arte Contemporânea, à Casa e Parque de Serralves e à Casa do Cinema Manoel de Oliveira, geridos atualmente pela Fundação de Serralves. A cultura continuará a ser um dos pilares de intervenção da Fundação EDP na comunidade, através da propriedade e apoio de mecenato ao Campus Cultural em Lisboa, ao qual se manterá igualmente vinculada, bem como do mecenato cultural a outras instituições e com a continuidade do Prémio Novos Artistas e do Grande Prémio Arte Fundação EDP, referências no panorama artístico português. A parceria encontra-se, à data de elaboração deste relatório, na fase de due diligence, estando ainda a ser definidos e detalhados os modelos de relacionamento entre as partes do ponto de vista organizativo, contratual e financeiro.

Certificações e Declarações

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação EDP** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 76.135.836 euros e um total de fundos patrimoniais de 68.458.002 euros, incluindo um resultado líquido de 1.514.430 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Fundação EDP** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489 Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

3 de outubro de 2022

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n.º 1081 e registado na CMVM com o n.º 20160693)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração da
Fundação EDP

Em conformidade com o disposto nos estatutos da Fundação EDP, cumpre-nos, na qualidade de Conselho Fiscal da Fundação EDP, apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas apresentadas pelo Conselho de Administração da Fundação, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2021.

Através de contactos estabelecidos entre este Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da Fundação EDP ou seus representantes, bem como de esclarecimentos e diversa informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Fundação e da gestão do negócio desenvolvida no exercício.

Procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano, efetuando as análises julgadas convenientes. Comprovámos a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados. Verificámos a observância da Lei e dos estatutos da Fundação.

Após o encerramento das contas apreciámos o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que, para além de satisfazerem as disposições legais aplicáveis, traduzem a atividade desenvolvida neste ano e a evolução previsível dos negócios da Fundação EDP.

Apreciámos a Certificação Legal das Contas, emitida sem reservas e/ou ênfases, pelo Revisor Oficial de Contas, cujo conteúdo mereceu o nosso acordo.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras acima referidas, apresentadas pelo Conselho de Administração.

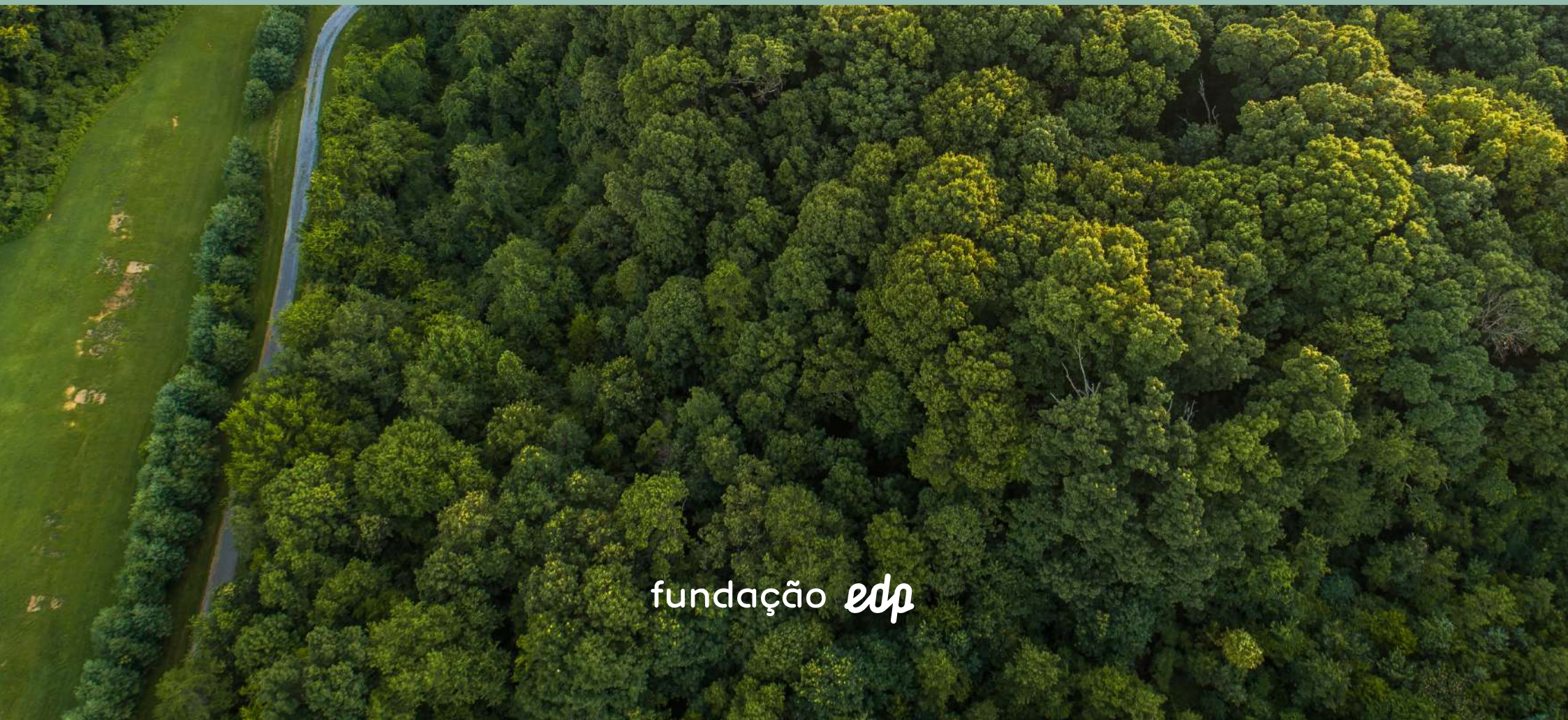
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Fundação EDP o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 3 de outubro de 2022

Vítor Fernando da Conceição Gonçalves
Presidente

Miguel Tiago Perestrelo da Câmara Ribeiro Ferreira
Vogal

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n.º 1081 e registado na CMVM com o n.º 20160693)


fundação edp